

**A presença das minorias étnicas no discurso dos candidatos às eleições legislativas de
2022**

Cláudia da Veiga Fonseca

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Jornalismo

Orientador: Professor Doutor Rui Simões

Lisboa,

Outubro de 2022

DECLARAÇÃO ANTI-PLÁGIO

Declaro que o presente trabalho, desenvolvido para a obtenção do grau de Mestre em Jornalismo, é da minha total autoria. Informo, ainda, que as citações e referências a outros autores presentes no trabalho estão devidamente identificadas.

Esta dissertação, designada de “A presença das minorias étnicas no discurso dos candidatos às eleições legislativas de 2022”, constitui um trabalho original, nunca tendo sido publicado anteriormente.

Asseguro ter consciência de que o plágio é crime e de que o mesmo pode levar à anulação do trabalho agora apresentado.



A horizontal line is drawn across the page, and a handwritten signature is written over it. The signature is stylized and appears to be the initials 'R' and 'D'.

AGRADECIMENTOS

Quero começar esta sessão de agradecimentos por agradecer a mim! Por nunca ter desistido nestes anos de caminhada. Por ser sempre tão resiliente e pela vontade de querer sempre mais e melhor!

Aos meus pais, **Augusta Fonseca** e **Carlos Fonseca**, por serem sempre tão guerreiros e trabalhadores. Foi com vocês que aprendi a ser resiliente. Obrigada por nunca me terem deixado faltar nada, a mim e às minhas irmãs. Obrigada pela educação. Onde passo, ela é elogiada. Tinham pouco e conquistaram tanto. Agora, com o muito que me deram, tenho a obrigação de conquistar ainda mais, por todos.

Às minhas irmãs, **Carla Fonseca** e **Lyah Fonseca**. Como irmã mais velha sinto que tenho a obrigação de vos mostrar que com trabalho e uma dose de amor, tudo se faz! Não pensem que não aprendo convosco, porque ensinam-me muito.

À minha avó, **Benvinda Miranda**. O amor da minha vida. Mostra todos os dias que o facto de ser analfabeta nunca foi um entrave para construir um império.

Aos meus amigos, **Patrícia**, **Renaldo**, **Paula** e **Fábio**. Por todo o apoio. Por me incentivarem todos os dias. Por acreditarem sempre em mim e no meu potencial. Sem vocês, isto seria bem mais difícil.

À **Diana**. Obrigada pelo acompanhamento, pela paciência e persistência. Sem ti, isto não seria possível.

Ao meu orientador, Professor Doutor **Rui Simões**. Por ter abraçado este projeto desde o início, com entusiasmo.

A todos os meus amigos, familiares e a todos os que contribuíram para a realização deste trabalho final que me enche de orgulho. A todos os professores, desde o 1º ano até ao mestrado. A todos com quem privei e tirei bons ensinamentos. Aos meus patrões, que me deixaram sair mais cedo para assistir às aulas, que facultaram dias para a realização de trabalhos e exames, que perguntaram e perguntam como estava a correr a dissertação.

A todos, o meu obrigada!

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO	9
1. As representações sociais e mediáticas das minorias étnicas	12
1.1. Contextualização do fenómeno de migração.....	12
1.2. Portugal: um país de emigração e de imigração.....	14
1.3. Desenvolvimento de conceitos operacionais.....	21
1.3.1. Refugiado.....	21
1.3.2. Asilo.....	21
1.3.3. Migrante.....	22
1.3.4. Racismo	23
1.3.5. Discriminação e Discriminação racial	24
1.3.6. Minoria étnica.....	24
1.3.7. Xenofobia	25
1.3.8. Representações sociais.....	25
1.4. A imagem do imigrante e das minorias étnicas na imprensa e na televisão portuguesas.....	26
2. Análise crítica do discurso (ACD).....	31
2.1. Diferenças entre a Análise do Discurso e a Análise Crítica do Discurso.....	34
3. Metodologia	36
3.1. Instrumento metodológico.....	36
3.1.1. Operadores argumentativos	36
3.1.2. O posto e o pressuposto	38
3.1.3. Escolhas lexicais.....	38
3.2. Partidos.....	39
4. Análise dos debates televisivos dos candidatos às Eleições Legislativas de 2022	47
4.1. Debates transmitidos na RTP1	47
4.1.1. Debate 1: PS/Livre.....	47
4.1.2. Debate 2: CDS/PAN	48
4.1.3. Debate 3: CDS/IL	48
4.1.4. Debate 4: PS/Chega	48

4.1.5.	Debate 5: PSD/Chega	48
4.1.6.	Debate 6: Chega/IL.....	48
4.1.7.	Debate 7: BE/PAN.....	50
4.1.8.	Debate 8: PS/BE	50
4.1.9.	Debate 9: BE/CDS.....	50
4.1.10.	Debate 10: PSD/PAN.....	51
4.1.11.	Debate 11: Com representantes dos partidos candidatos.....	51
4.2.	Debates transmitidos na SIC e SIC Notícias	52
4.2.1.	Debate 1: BE/Chega	52
4.2.2.	Debate 2: PSD/Chega	54
4.2.3.	Debate 3: BE/Livre	55
4.2.4.	Debate 4: BE/PSD	56
4.2.5.	Debate 5: BE/IL.....	56
4.2.6.	Debate 6: PAN/IL	56
4.2.7.	Debate 7: PS/PAN	56
4.2.8.	Debate 8: Livre/PAN.....	57
4.2.9.	Debate 9: PS/CDS.....	57
4.2.10.	Debate 10: PSD/IL.....	57
4.2.11.	Debate 11: CDU/PSD	57
4.2.12.	Debate 12: PSD/IL.....	57
4.2.13.	Debate 13: PAN/Chega.....	57
4.3.	Debates transmitidos na TVI e CNN.....	59
4.3.1.	Debate 1: CDU/PS	59
4.3.2.	Debate 2: Livre/Chega.....	60
4.3.3.	Debate 3: PSD/CDS.....	63
4.3.4.	Debate 4: Livre/CDS	63
4.3.5.	Debate 5: CDS/Chega.....	64
4.3.6.	Debate 6: PS/IL.....	67
5.	CONCLUSÕES FINAIS	76
	BIBLIOGRAFIA.....	79

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Principais movimentos migratórios de entrada de pessoas e saída de nacionais de Portugal	20
Tabela 2 - Presença ou omissão do tema desta investigação nos vários debates da RTP 1	70
Tabela 3 - Presença ou omissão do tema desta investigação nos vários debates da SIC/ SIC Notícias.....	72
Tabela 4 - Presença ou omissão do tema desta investigação nos vários debates na TVI/ CNN	73

RESUMO

O presente trabalho tem como tema a presença das minorias étnicas nos discursos dos candidatos às eleições legislativas de 2022. Com o crescimento dos fluxos migratórios, e sobretudo, com o crescimento da imigração, questões relacionadas com as minorias étnicas ganharam importância no espaço público, uma vez que Portugal recebeu pessoas de vários países com culturas, hábitos e formas de estar diferentes.

Este estudo propõe analisar em que contextos as minorias étnicas são representadas no discurso dos candidatos às eleições legislativas de 2022 e identificar os casos onde há omissão do tema em estudo. Desse modo, o trabalho assentará na realização da análise crítica do discurso aos 30 debates televisivos, realizados na RTP1, SIC/SIC Notícias e TVI/CNN, entre os candidatos às eleições legislativas de 2022. As minorias étnicas são alvos de desigualdades e discriminações, devia ser uma preocupação de todos os candidatos caminhar para a eliminação dessas desigualdades e discriminações para que todos façam uso de todos os direitos e oportunidades, uma vez que os representantes da Nação são, de certa forma, o espelho da Nação.

Palavras-chave: Migrações; Minorias étnicas; Debates eleitorais; Eleições legislativas; Análise crítica do discurso.

ABSTRACT

This work explores the representation of ethnic minorities in candidate speeches for the 2022 legislative elections. Since Portugal has welcomed people from other countries with various cultures, habits, and lifestyles, issues relating to ethnic minorities have become more important in the public space with the growth of migratory flows and particularly with the growth of immigration.

In this study, it is proposed to examine the situations in which candidates for the 2022 legislative elections remark about ethnic minorities and to highlight instances in which the subject under study is omitted. It will also cover a critical discourse analysis of the 30 candidate debates for the 2022 legislative elections that were aired on RTP1, SIC/SIC Notícias, and TVI/CNN. Ethnic minorities are the victims of inequities and discrimination, and it should be a concern of all candidates to work towards their abolition so that everyone can take advantage of all rights and opportunities. After all, representatives of the nation are sort of the nation's mirror.

Keywords: Migrations; Ethnic minorities; Electoral debates; Legislative elections; Critical discourse analysis.

INTRODUÇÃO

O trabalho de final de curso proposto a ser desenvolvido é analisar a visibilidade das minorias étnicas no discurso dos candidatos às eleições legislativas de 2022. A escolha deste tema prende-se pela sua pertinência para as ciências da comunicação, dado serem ainda escassos os estudos sobre estes assuntos em Portugal. As minorias étnicas são compostas por indivíduos que não fazem parte daquela que é considerada a maioria étnica, indivíduos oriundos da Europa, América do Norte, entre outros. Falamos de indivíduos oriundos de países africanos, da América do Sul, ciganos, chineses, nepaleses, indianos, entre muitos outros.

Portugal tem uma forte presença de minorias étnicas e, por consequência, os fenómenos de etnicidade já possuem grande expressão social e cultural no panorama nacional. Isso deve-se ao crescimento dos fluxos migratórios, sobretudo à vinda de inúmeros imigrantes, em diferentes décadas, para Portugal.

Há inúmeros fatores que levam os indivíduos a emigrarem, seja pela busca de melhores condições de vida, a nível financeiro, educacional, a questões relacionadas com a segurança, entre outros. Por vezes, os indivíduos se vêem obrigados a emigrar, em situações como desastres naturais, guerras, perseguições política, étnicas e outras formas de violência. Em 2019, Abdo et al abordaram o papel da globalização na contribuição para o crescimento dos fluxos migratórios. O fenómeno da globalização trouxe a ideia de que as distâncias terrestres são menores do que na realidade são. Os meios de transporte e de comunicação alcançaram desenvolvimentos antes impensáveis, o que permitiu facilitar a vida de todos. Podemos resgatar a ideia de Aldeia Global de Marshall McLuhan (1911-1980) introduzida na década de 60 nas discussões sobre os novos meios de comunicação, nomeadamente a televisão. Segundo o autor, o desenvolvimento tecnológico de informação e comunicação diminui as distâncias e permite que a troca cultural entre diferentes populações seja mais fácil.

A Europa, e em particular Portugal, são um continente e um país envelhecido. A vontade de inúmeros indivíduos procurarem melhores condições e a necessidade deste continente ter população jovem, poderia configurar uma parceria perfeita para ambas as partes.

As perguntas de partida que orientaram a pesquisa e todo o trabalho são: “Como podemos caracterizar a migração e o migrante?”, “De que forma o migrante é percebido na televisão em Portugal?” e “Quando (em que contexto) é que as minorias étnicas aparecem no discurso dos candidatos às eleições legislativas de 2022?”. As questões iniciais do trabalho compreendem, pela sua importância na incorporação das minorias étnicas, uma caracterização do fenómeno migratório em Portugal, dando conta das origens e do peso relativo da diversidade de composição das minorias que procuramos caracterizar. Esta primeira caracterização assenta no

recurso a fontes secundárias, documentais, entre os anos 1999 e 2021; a segunda questão incide sobre o discurso mediático e questiona “de que forma é o imigrante representado no discurso televisivo, no intervalo entre 2004 e 2020”; finalmente, constituindo o objetivo fundamental do presente trabalho, apresentar e analisar, no contexto dos debates televisivos dos candidatos às eleições legislativas de 2002, “qual o contexto discursivo e a retórica utilizada para caracterizar as populações migrantes e as minorias étnicas em Portugal”.

Os objetivos delineados são: analisar a importância das migrações na sociedade portuguesa; perceber como o migrante é percebido na televisão em Portugal; analisar a representatividade que as minorias étnicas têm no discurso dos candidatos às eleições legislativas de 2022; perceber quais são os temas e contextos sobre as minorias étnicas que predominam nestes debates políticos; e identificar os casos onde há omissão.

Para conseguir responder aos objetivos anteriormente mencionados, utilizámos a metodologia mista com técnicas de recolha de informação documental e não documental: pesquisa e análise crítica da literatura; análise crítica do discurso a 30 debates televisivos transmitidos na RTP1, SIC/SIC Notícias e TVI/CNN, de 2 a 15 de janeiro de 2022. A escolha da análise destes debates deve-se, sobretudo, por se tratar de debates que interessam à sociedade portuguesa, uma vez que as eleições legislativas têm como objetivo eleger 230 deputados. Estas eleições vão eleger os 230 deputados que irão representar os cidadãos portugueses na Assembleia da República. O papel destes representantes é monitorizar o trabalho do governo e da administração do Estado, tal como garantir o cumprimento da Constituição e das leis.

Em relação à estrutura do trabalho, a dissertação está dividida em 5 partes. A primeira parte diz respeito ao estado da arte e tem como objetivo a apresentação do tema que será estudado e explorado neste trabalho. Inicia-se com o contexto do fenómeno de imigração, apresenta as características da emigração e da imigração em Portugal, e termina por mostrar como são representados os imigrantes e as minorias étnicas nos órgãos de comunicação social. Nesta parte serão inventariados e discutidos, nas suas implicações conceptuais e na sua operacionalização, alguns dos conceitos fundamentais que contribuem para a compreensão das representações sociais evidentes nos discursos discriminatórios: refugiado, asilo, migrante, racismo, etnicidade, discriminação e xenofobia.

Na segunda parte é apresentado uma introdução à escolha da metodologia que será adotada. Nesta parte foi feito um enquadramento teórico do que já foi escrito sobre a metodologia que será aplicada.

Na terceira parte é indicada a metodologia indicada e justificação da sua escolha, os métodos de investigação, os conceitos, indicadores e os instrumentos.

Posteriormente, na quarta parte é apresentado a análise e discussão dos resultados. Nas tabelas elaboradas é possível analisar, de forma direta, os discursos onde as minorias étnicas são mencionadas e onde há omissão por parte dos candidatos às legislativas de 2022.

Por último, as conclusões finais apresentam uma reflexão sobre toda a pesquisa realizada e todos os resultados obtidos. É a altura de dar resposta às questões que foram mencionadas no início do trabalho. Serão indicadas pistas para futuros trabalhos de investigação.

De acordo com os dados obtidos, concluiu-se que há mais omissão do tema em estudo do que presença.

1. As representações sociais e mediáticas das minorias étnicas

1.1. Contextualização do fenómeno de migração

A migração é um fenómeno historicamente recorrente. O Homem (ser humano) sente a curiosidade, a necessidade e o dever de procurar melhores condições de vida para si e para a sua família noutra geografia do planeta que não é aquela onde nasceu e onde mantém laços culturais e familiares. Num mundo globalizado como o nosso, todos pensamos poder ter melhor sorte noutra sítio, com outras pessoas. Muitos de nós só precisam de ter paz, outros precisam de mais dinheiro para ascender socialmente, outros precisam de ser valorizados pelo seu trabalho.

Os motivos que levam as pessoas a sair do seu pequeno mundo e aventurar-se no mundo aberto que é o contacto com outras pessoas, de outras geografias, são muitos e variados. Um dos motivos mais prementes é a procura por melhores condições de vida em termos económicos. Outras pessoas são obrigadas a abandonar as suas terras porque devido a desastres naturais, por exemplo, perderam tudo e não existem condições para recomeçar do nada, uma vez mais. Outros fogem da sua pátria porque não podem manter e fazer ouvir a sua voz. São vítimas de perseguições políticas ou étnicas.

Fugir da violência, fugir da perseguição, fugir da miséria são geralmente motivos bastante fortes para tentar fazer vida noutra sítio. Abdo et al acrescentam a estes motivos, a globalização. O fenómeno da globalização é muito complexo, mas segundo estes autores está na génese dos processos migratórios terem ganho tanta força e proporcionalidade. A globalização tornou o planeta num único mercado, onde os meios de transporte facilmente transportam uma pessoa de um lado para o outro do planeta e onde os meios de comunicação são instantâneos. Como a Europa é um continente envelhecido e com necessidade de mão de obra jovem, torna-se um alvo apetecível para quem procura uma oportunidade económica para sair da miséria em que vive, influenciado pelas informações a que tem acesso na *world wide web*, ou através das comunicações instantâneas que são a imagem de marca de qualquer nação no planeta (Abdo et al., 2019).

Lages et al consideram que os movimentos populacionais (movimentos migratórios) são essenciais para rejuvenescer as sociedades. Os movimentos migratórios trazem novos valores, novas possibilidades de interação e difusão de ideais e valores culturais que vão potencializar a criação e rejuvenescimento de novas ideias e valor acrescentado na sociedade de receção (Lages et al., 2006, p. 31).

A Organização Internacional para as Migrações (OIM) foi fundada em 1951 e trabalha em quatro áreas principais: migração e desenvolvimento, facilitação das migrações, regulação

das migrações e migração forçada. A organização vive sob o princípio basilar de que a migração enriquece a sociedade humana, porque representa desenvolvimento económico, social e cultural. Noutra princípio basilar a organização reconhece o direito à livre circulação de todas as pessoas. Assente nestes princípios a Organização pretende promover uma migração mais ordenada e atenta a princípios humanos, pugnando pelo tratamento humano de todas as pessoas que se deslocam do seu lugar de residência. Em 2016, os 193 estados-membros da ONU adotaram a Declaração de Nova York para Refugiados e Migrantes. Este é o reconhecimento de como a questão dos migrantes tem que ser tratada a nível da entreaajuda global (Organização das Nações Unidas).

O relatório da União Europeia de 2020 sobre a integração de imigrantes na zona da União Europeia a 27 estados, apresenta-nos dados importantes para percebermos a atração da Europa para outros povos. De acordo com este relatório, entraram nos 27 estados da União Europeia cerca de 1,4 milhões de pessoas de estados terceiros durante o ano de 2018, e uns adicionais 1,4 milhões de pessoas nesses 27 estados da União Europeia deslocaram-se para outro estado-membro, nesse mesmo ano de 2018. Os destinos mais apetecíveis foram a Alemanha, a Espanha, a França e a Itália. Malta apresentou o rácio mais elevado entre imigração e população residente, com 56 imigrantes por cada 1000 pessoas, seguido pelo Luxemburgo e por Chipre. Dos quase 447 milhões de pessoas residentes na Europa, quase 22 milhões de pessoas tinham uma nacionalidade exterior à União Europeia e 13,3 milhões de pessoas eram deslocadas de um estado-membro para outro estado-membro (European Union, 2021, p. 16).

As migrações internacionais (que cruzam fronteiras políticas) são de acordo com Pires et al, um fenómeno que atingiu, em 2020, 4% da população mundial e este não é, de acordo com estes autores, um fenómeno muito expressivo em termos globais (Pires et al., 2020, p. 11). É, no entanto, um fenómeno que atinge proporções bastante importantes para as pessoas que são forçadas a abandonar o seu local de residência à procura de melhores condições de vida. E é um fenómeno que está a ser endereçado globalmente, através da Organização das Nações Unidas (ONU) e das suas várias agências, entre as quais a OIM, como vimos atrás.

1.2. Portugal: um país de emigração e de imigração

Os portugueses são um povo reconhecido em todos os cantos do globo terrestre e isso deve-se ao facto de que, desde o século XVI, este povo tem tornado a Terra num sítio cada vez mais pequeno. A globalização tem a sua génese nos movimentos dos portugueses para descobrir e colonizar novas terras e novas fontes de produtos comerciáveis. Os portugueses fizeram com que fosse mais rápido e fácil transportar especiarias da Índia para a Europa, por exemplo. O Brasil foi desde o século XVI e até à década de 60 do século XX um dos destinos preferenciais dos emigrantes portugueses, que viram neste destino uma possibilidade para mudar a sua situação económica e melhorar as suas condições de vida (Lages et al., 2006, p. 56-58).

A partir de 1960, a direção da emigração portuguesa passou a estar voltada para a Europa, e mais concretamente para a França (Lages et al., 2006). Pires et al salientaram que a emigração portuguesa esteve voltada para a Europa desde a década de 70, sendo que a Suíça é um dos países mais procurados pelos portugueses pelo menos desde finais da década de 70 do século passado. A Alemanha juntou-se ao leque de países mais requisitados depois da queda do Muro de Berlim em 09/11/1989 e da necessária reconstrução do país dar oportunidade a mão de obra estrangeira para se integrar mais facilmente. No novo milénio, a Espanha transformou-se num destino muito apelativo para a emigração portuguesa, e depois a França regressou ao leque de países mais apetecidos e o Reino Unido transformou-se também num país recetor importante para a emigração portuguesa. Na segunda década do século XXI, Pires et al afirmam que todos os países europeus mais avançados são agora apetecíveis para a corrente emigratória portuguesa. Isto fez com que a América do Norte e do Sul, e a África deixassem de ser destinos apelativos para os portugueses, embora houvesse uma curva ascendente de emigração para Angola e Moçambique nos primeiros anos do século XXI.

De acordo com Pires et al, as correntes emigratórias portuguesas dirigem-se no presente para a Europa (Pires et al., 2020, pp. 13-14). A preferência por este continente tem a ver com vários fatores, mas principalmente com o facto de a Europa ter precisado de muita mão de obra para se reconstruir depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), e também com as políticas de emigração do Estado Novo que governou Portugal (1933-1974) e que limitou as saídas das pessoas. Muitos portugueses como não podiam sair legalmente do país para procurar melhores condições de vida, saíram “a salto” ou ilegalmente, sem papéis de saída do país. Por esse motivo, era mais fácil escolher um destino a que pudessem chegar por terra, pois por mar ou ar precisariam de documentação legal (Pires et al., 2020, p. 14).

Selecionando fontes que discutem as novas vagas de emigração portuguesa, em 2010 foi possível acrescentar dois países de destino para emigrantes portugueses. Os emigrantes

portugueses com o ensino superior completo escolheram países de acolhimento como a Noruega, a Irlanda ou o Reino Unido. Mas emigrantes sem habilitações para lá do ensino básico continuaram a seleccionar os históricos países de acolhimento de emigrantes portugueses, porque estes emigrantes estão mais dependentes das redes de sociais entre o país de origem e o país de acolhimento. Emigrantes com habilitações literárias ao nível da licenciatura podem recolher informação mais diversificada, ser mais bem recebidos noutra país porque trazem mais habilidades para o trabalho no país de acolhimento. São, também, em geral pessoas menos agarradas ao seu país de origem que se podem adaptar a regras mais universalistas e adaptar-se melhor a outras realidades sociais (Pires & Pereira, 2018, pp. 340-348).

Pena et al salientaram que no ano de 1970 saiu de Portugal um número recorde de portugueses que se situou nos 180 mil. Mas, a tendência ascendente de saída que se verificou nessa altura retrocedeu nessa década e levou alguns anos a voltar estar em fase ascendente (Pires et al., 2020, p. 10).

Na década de 70, os países europeus que recebiam imigração portuguesa adotaram medidas para condicionar a entrada de estrangeiros. A crise económica que assolou o mundo no início da década de 70, o corte nas entradas de estrangeiros em países europeus e, em Portugal, a Revolução do 25 de Abril de 1974, afrouxou o movimento migratório português para fora do país. Nos anos seguintes, Portugal recebeu os retornados das ex-colónias e teve de integrar todas estas pessoas, muitas das quais nem sabiam o que era Portugal. Na década de 80, houve problemas com manter e criar dados consistentes sobre a migração. Sabe-se que a emigração portuguesa se continuou a dirigir preferencialmente para os países da Europa, mas também se tornaram destinos preferenciais os Estados Unidos da América e o Canadá. Na década seguinte, a década de 90, o continente norte americano perdeu o seu apelo e as gentes portuguesas emigraram mais para os países europeus. A França também perdeu o seu estatuto privilegiado e a Suíça passou a ser o destino preferencial da migração portuguesa que procurava melhores situações para viver e constituir a sua família (Lages et al., 2006, pp. 56-60).

De acordo com Carvalho (2007), na década de 60 quando começaram os movimentos de entrada de grandes números de cidadãos de outras geografias e que nós hoje consideramos como movimentos migratórios, mas na altura eram considerados “movimentos inter-regionais”, vieram para Portugal milhares de imigrantes africanos provenientes de destinos hoje considerados como ex-colónias. Na altura, o recrutamento para a Guerra Colonial que Portugal mantinha em vários pontos geográficos e a contínua emigração portuguesa para a Europa terá deixado o país desfalcado de mão de obra. Mas, de acordo com a mesma autora, na altura os media e a opinião pública conheceram estas pessoas imigrantes, provenientes do continente africano, como cabo-verdianas, independentemente da sua nação de origem. Alguns cabo-

verdianos vieram para trabalhar na construção civil. Mas muitos africanos que falavam português, vieram para Portugal para estudar e aprender (Carvalho, 2007, pp. 11-12). Com a Revolução do 25 de Abril de 1974, foram repatriados para Portugal meio milhão de portugueses no espaço de um ano. E, em consequência, aumentou também até finais da década de 80 uma imigração africana pós-colonial (Pires et al., 2020).

Para Lages et al, Portugal e os restantes países do sul da Europa têm uma história de imigração muito recente. Estes autores, consideram que a chegada de muitas pessoas das ex-colónias que foram espoliadas das suas posses e estilos de vida nessas ex-colónias na década de 70 e se dirigiram para Portugal para refazer as suas vidas, foram o início dos movimentos migratórios em Portugal. Estes autores, consideram que na década de 80 verificou-se uma segunda fase do ciclo de imigração, com os chineses e os sul-americanos a dirigirem-se a Portugal (Lages et al., 2006, pp. 61-64). Tal como Lages et al, também Baganha et al são da opinião de que existiu uma segunda fase de imigração nos anos 80 (Baganha et al., 1999, p. 149) que se caracterizou por um aumento do número de nacionalidades presentes nas fronteiras de Portugal.

Como Portugal aderiu à Comunidade Europeia em 1986, a sua necessária internacionalização atraiu para as suas fronteiras mão-de-obra de países como o Brasil, asiáticos, das quais predominantemente populações oriundas da China e continuou a atrair populações oriundas de África. Por esta altura, a comunidade estrangeira a residir legalmente em Portugal era constituída maioritariamente de 42% de africanos, 29% de europeus e 16% de sul americanos (Lages et al., 2006, pp. 61-64). Para Baganha et al, um dos motivos que atraiu estrangeiros para o mercado de trabalho português foi a possibilidade de trabalhar de forma informal em setores de mercado como a construção civil e a restauração (Baganha et al., 1999, p. 149).

Na década de 90, continuaram a diversificar-se as nacionalidades presentes em Portugal, chegando a mais de 100 nacionalidade diferentes. Mas, no seu geral eram povos com ligações históricas, económicas ou culturais a Portugal. Isso mudou no início do novo milénio. Nessa altura povos da Europa de Leste como os ucranianos, moldavos ou russos por exemplo, e sem ligações a Portugal, passaram a fazer parte da paisagem migratória portuguesa. Com estes novos povos entre 2000 e 2001, a presença de estrangeiros a residir legalmente em Portugal aumentou de um ano para o outro, cerca de 70% (Lages et al., 2006, pp. 64-68). De acordo com Pires, este aumento acelerado da imigração em Portugal ficou a dever-se ao novo regime legal das autorizações de permanência que entrou em vigor em 2001 (Pires, 2002, p. 151) e que Carvalho apresentou como processo de regularização extraordinária de trabalhadores migrantes que teve lugar durante todo o ano de 2001 (Carvalho, 2007, p. 15).

Entre 1980 e 1999 houve um grande crescimento do número de imigrantes, passando de 58 mil para 191 mil, sendo a sua maioria de origem africana. Em 1999, esta camada da população concentrou-se nos distritos de Lisboa e Setúbal (Cunha & Santos, 2004).

De acordo com Carvalho (2007), a população estrangeira em Portugal e durante a década de 1990 encontrou maior empregabilidade nos serviços pessoais e domésticos. Muitas empregadas domésticas que até aí tinham trabalhado de forma informal legalizaram a sua situação e passaram a trabalhar com contratos de trabalho e descontos para a Segurança Social. As empresas de serviços de limpeza contratam ainda muita mão de obra imigrante. E no final da década de 90 do século passado a imigração, e em especial a imigração africana, estava identificada como uma força de trabalho sem qualificações, era mão de obra indiferenciada (Carvalho, 2007, p. 13). No entanto, de acordo com Baganha, Ferrão e Malheiros, esta ideia não correspondia à realidade. Para estes três autores, a população estrangeira dedicou-se a trabalhos indiferenciados, sim, mas também tinham posições altamente qualificadas. Portugal, na altura, tinha baixos níveis de escolaridade quando comparado com os outros países da União Europeia e tinha necessidade de contratar mão de obra mais qualificada para atividades como marketing, design, saúde entre outros campos igualmente exigentes e estes lugares foram preenchidos por profissionais estrangeiros. Mas, para o final da década de 90, esta complementaridade entre a mão de obra nacional e estrangeira deixou de estar em cooperação para estar em competição nos setores de trabalho altamente qualificados (Baganha et al., 1999, p. 153).

A emigração e a imigração evoluíram paralelamente e de forma contínua depois da década de 80 do século passado. A imigração aumentou quando entrámos no novo milénio. Pelo contrário, a emigração aumentou para níveis improváveis, e experimentados apenas nos idos tempos de 1960, quando em 2013 atingiu um pico de 120 mil saídas no âmbito de um ano. Depois desse ano a emigração tem estado numa leve curva descendente e a imigração numa outra leve curva ascendente (Pires et al., 2020, p. 10). Os anos entre 2008 e 2010 conhecidos como anos de crise financeira a nível global, diminuíram os níveis da emigração portuguesa (Pires et al., 2020, p. 18).

Na segunda década do século XXI, segundo Pena et al, fluxos migratórios internacionais que tiveram pouca expressão anteriormente, começam a dirigir-se também para Portugal. Entraram neste país mais pessoas chinesas e oriundas da Ásia do Sul, como do Bangladesh, Paquistão, Índia, ou Nepal, por exemplo (Pires et al., 2020, p. 10). De acordo com estes autores, a entrada de imigrantes em qualquer ponto do globo é facilitada pelas redes de apoio aos imigrantes. Estas redes de apoio dão informação, apoio económico, social e cultural, ou até apoio para a integração no país de destino, e estas redes funcionam quer no país de destino quer no país de origem. E funcionam sobre os conhecimentos e ajudas que as pessoas que fazem

parte dessas redes conhecem e podem fornecer. As redes funcionam enquanto o fluxo migratório estiver ativo e alimenta e alimenta-se desse fluxo migratório (Pires et al., 2020, p. 12).

De acordo com o Relatório Estatístico Anual de 2021, promovido pelo Observatório das Migrações, as escolas públicas portuguesas tinham à altura, alunos de 170 nacionalidades diferentes e a percentagem de pessoas estrangeiras a morar em Portugal no ano de 2020 foi equivalente a 6% do total de habitantes deste país, o que se traduz em cerca de 662 mil pessoas (Oliveira, 2021, p. 5).

O século XXI definiu emigrante como uma pessoa que ultrapassa a sua fronteira política de nascimento ou se muda de residência oficial para outro país por um período de tempo determinado (Oliveira, 2021, p. 10). Já a integração dos imigrantes, que é vista como um processo multifacetado, é estudada, ao nível europeu em quatro dimensões: emprego, educação, inclusão social e cidadania ativa. Estas dimensões foram acordadas na Declaração de Zaragoza, assinada em 2010. Portugal e Alemanha são os dois países, que de acordo com o relatório produzido por Oliveira, estudam a integração de pessoas estrangeiras no respetivo tecido nacional com mais indicadores para lá dos acordados na Declaração de Zaragoza. Portugal é um dos países com maior sistematização e estudos do fenómeno migratório. (Oliveira, 2021, pp. 14-15)

Em 2018, tornou-se ainda mais óbvia a necessidade de se estudar os diferentes fenómenos de migrações internacionais e por isso foi assinado o *Pacto Global para a Migração Segura, Ordenada e Regular* promovido pelas Nações Unidas em 2016 (Organização das Nações Unidas) e transposto para a legislação portuguesa em 2019. Esta necessidade de estudar o fenómeno migratório é crucial para promover políticas de integração mais informadas e eficientes, e os dados coligidos servem para a população endógena do país perceber que a imigração não é um fenómeno prejudicial para a economia ou cultura do seu país (Oliveira, 2021, pp. 15-16).

De acordo com o relatório de Oliveira e do Observatório das Migrações, a imigração foi a principal questão que preocupou o pensamento dos povos europeus entre 2015 e 2019. Esse peso relativo diminuiu no ano de 2019, talvez por influência do período pandémico que se viveu nesse ano e nos anos seguintes. Em 2020, a imigração desceu para a terceira maior preocupação dos europeus. Entre 2002 e 2018, e graças aos diversos inquéritos produzidos na Europa, nota-se que as pessoas se tornaram mais favoráveis à entrada de pessoas de etnia diferente da maioria, sendo a Hungria, Polónia e Eslováquia os três países europeus onde esta tendência não se verificou (Oliveira, 2021).

Portugal nunca teve a imigração como uma das suas principais preocupações, sendo estas preocupações de nível económico e financeiro e mais recentemente, juntaram-se também as preocupações com o sistema de saúde. Portugal é igualmente um dos poucos países europeus onde se considera que a imigração é uma oportunidade e não uma ameaça ou um problema. Neste primeiro quinto do século XXI, a perceção dos públicos europeus é mais favorável acerca dos efeitos da imigração porque aumentou o conhecimento produzido sobre o fenómeno. Portugal está na lista dos países que valoriza a imigração e, por isso, valoriza também mais os esforços realizados para integrar essas pessoas na sociedade portuguesa, através das políticas gerais da sociedade. De acordo com o mesmo relatório, as comunidades imigrantes situam-se principalmente nas zonas urbanas do litoral e isso tem maiores impactos na zona do Algarve (Oliveira, 2021).

Considera-se que há alguns setores económicos e atividades económicas que estariam hoje em colapso se não fora pela mão de obra migrante. Esta mão de obra dedica-se maioritariamente às atividades relacionadas com os alojamentos e restauração e em menor número às atividades administrativas e de serviços de apoio (Oliveira, 2021).

Num documento não publicado, mas distribuído na internet através da Universidade de Coimbra, Baganha et al. em 2006 fizeram uma recolha sistemática da bibliografia produzida em Portugal sobre os fenómenos das imigrações. Nessas 27 páginas, Baganha et al consideraram que a bibliografia produzida sobre imigrações em Portugal era escassa na altura e, de acordo com os mesmos autores, nas décadas de 80 e 90 os estudos refletiram mais a população migrante situada na Área Metropolitana de Lisboa, mas na década de 90 houve uma diversificação das temáticas abordadas e também das áreas geográficas abordadas. Essa diversificação de temáticas e áreas abordadas continuou a expandir-se nos primeiros anos do novo milénio. Em 2006, os autores consideraram que a produção científica mostrava a preocupação dos investigadores em perceber este fenómeno das migrações, tal como aconteceu a nível internacional (Baganha et al., 2006, p. Introdução).

No estudo de Oliveira (2021) do Observatório das Migrações, chegou-se à conclusão que em 2019 cerca de 16,9% da população de nacionalidade portuguesa se encontrou em risco de pobreza, e a taxa subiu para os 21,4% no caso dos cidadãos estrangeiros residentes em Portugal. Em 2020, essa taxa de risco de pobreza baixou nos dois grupos de cidadãos. Os cidadãos nacionais passaram para 15,6% e os estrangeiros residentes passaram para 13,6%. Este foi, de acordo com Oliveira, a primeira vez que o risco de pobreza para cidadãos estrangeiros foi menor do que para os cidadãos nacionais. Oliveira justifica esta inversão de valores entre cidadãos nacionais e estrangeiros com a grande entrada de cidadãos da Europa, que são cidadãos que têm menor risco de pobreza (Oliveira, 2021, p. 197).

Góis e Marques classificam Portugal como um país de migrações. Se este país sempre foi um país de emigração, nas últimas quatro décadas foi sendo cada vez mais apetecível para imigrantes de muitas nações da Terra. Para estes autores, a emigração e a imigração construíram a sociedade que Portugal é hoje (Góis & Marques, 2018). A emigração é um fenómeno estrutural na sociedade portuguesa. Agora também a imigração é parte importante dessa sociedade. Para o futuro, estes dois autores auguram muitos desafios para a integração e gestão da diversidade das pessoas migrantes (Góis & Marques, 2018, p. 125).

Na Tabela 1, que vemos em baixo, podemos ter um resumo dos principais movimentos de entrada de pessoas (imigração) e de saídas de pessoas (emigração) de Portugal.

Datas	Imigração (principais países)	Emigração (principais destinos)
Do século XVI até à década 60 do século XX		Brasil
1960	Cabo Verde, Moçambique, Angola, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Brasil	França
1970	Os mesmos países da década de 60	Suíça
Após 1974	Retornados	
1980	Brasil e China	EUA e Canadá
Após 1989		Alemanha
1990	Cabo Verde, Moçambique, Angola, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Brasil	Suíça
2000	Ucrânia, Moldávia e Rússia	Espanha, França e Reino Unido; Angola e Moçambique (primeiros anos de 2000)
2010	China, Bangladesh, Paquistão, Índia e Nepal	

Tabela 1 - Principais movimentos migratórios de entrada de pessoas e saída de nacionais de Portugal

1.3. Desenvolvimento de conceitos operacionais

1.3.1. Refugiado

2022 vai ser um ano histórico devido, principalmente devido ao regresso da guerra ao continente europeu. Depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), nunca mais se tinha visto um tão grande movimento de deslocação de pessoas a fugir da guerra. Os ucranianos são hoje refugiados em muitos destinos do mundo. Mas esta classificação de refugiados afasta-os da classificação de migrantes. Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), existem algumas diferenças básicas entre uma pessoa refugiada e uma pessoa migrante.

De acordo com o ACNUR, um refugiado abandonou a sua terra por perseguições e conflitos armados que assolam a sua terra. Esta pessoa arrisca a vida se voltar à terra onde estava. Como a sua terra habitual já não a pode acolher, esta pessoa precisa de refúgio noutras sítios, geralmente países vizinhos ao seu. Este estatuto de refugiado é reconhecido internacionalmente e todos os Estados têm a obrigação de fornecer ajuda à pessoa refugiada, uma vez que devolver a pessoa à sua proveniência pode significar arriscar a vida dela. Protocolos internacionais protegem as pessoas que invocam este estatuto (Edwards, 2022).

1.3.2. Asilo

De acordo com o Eurostat, o asilo é uma forma de proteção a nível internacional dado por um estado dentro das suas fronteiras. O estatuto de asilo pode ser concedido a pessoas que fujam da sua área de residência ou de nacionalidade por motivos de perseguição por raça, religião, nacionalidade, por pertencer a uma minoria social, ou pelas suas opiniões políticas. Em 2021 pediram pela primeira vez o estatuto de asilo cerca de 535 mil pessoas provindas especialmente da Síria, do Afeganistão e do Iraque. A Alemanha, a França e a Espanha são os países de acolhimento mais selecionados por estas pessoas. Nos anos de 2015 e 2016, mais de um milhão de pessoas pediram asilo na Europa (Eurostat, 2022).

A civilização humana sempre teve esta preocupação de conceder asilo a quem estava com problemas na sua terra. Há referências escritas que datam de há mais de 3 500 anos (Martins & Marcondes, 2020, p. 60).

1.3.3. Migrante

O ACNUR indica que um migrante é uma pessoa que voluntariamente escolhe deslocar-se, principalmente, à procura de mudar as suas condições de vida mas também para se juntar à família ou para ter uma educação melhor noutra sítio (Edwards, 2022). Um migrante é uma pessoa que sai de um país ou zona de origem para procurar melhores condições de vida noutra sítio, porque o seu país ou zona de origem não consegue oferecer melhores condições de vida. E como migrante, a pessoa está sujeita às leis nacionais de cada país de acolhimento (Edwards, 2022).

A United Nations Migration Agency define um migrante como uma pessoa que está em trânsito ou já ultrapassou fronteiras internacionais, ou mesmo, que se desloca de um sítio para outro sítio distinto do seu local habitual de residência, independentemente de ultrapassar ou não fronteiras internacionais, independentemente do estatuto legal da pessoa, quer o movimento seja voluntário ou involuntário, qualquer que seja a causa que força a esse movimento ou qualquer que seja o tempo dessa mudança (United Nations, n.d.).

De acordo com Carvalho, o conceito de migrante já foi diferente. Esta investigadora usou outros conceitos de migrante, que definiram ser necessário que a pessoa permanecesse, no mínimo, pelo prazo de um ano na nova residência (Carvalho, 2007, p. 8), tal como Cunha e Santos já tinham feito em 2004 (Cunha & Santos, 2004, p. 24). Como é possível ver no parágrafo anterior, as Nações Unidas usam atualmente um termo mais abrangente, que inutilizou o prazo de um ano para a pessoa ser considerada migrante. Esta investigadora usou também como parte integrante do conceito de migrante, a ideia do migrante querer ou ter planos para regressar um dia ao seu país de origem. Estes são requisitos que nos dias de hoje estão ultrapassados e não podem mais ser usados, para as Nações Unidas.

Baganha *et al* (1999), afirmaram que nem todos os indivíduos que não estejam no seu país de origem ou país de residência são considerados imigrantes, uma vez que por norma os imigrantes são associados aos indivíduos provenientes de países pobres ou indivíduos com fracas qualificações literárias. Cunha e Santos, também abordaram esta temática e discutiram que apenas os indivíduos que são percebidos como estrangeiros com origem em países pobres e que estão à procura de trabalho e de melhorar as suas condições de vida, são considerados imigrantes em Portugal. Nesta classificação de imigrantes, incluem-se pessoas de origem africana mesmo que de segunda geração com nacionalidade portuguesa, pessoas brasileiras ou pessoas oriundas dos países de leste (Cunha & Santos, 2004, p. 24).

1.3.4. Racismo

O racismo é a ideia de que uma determinada raça humana ou um grupo étnico domina sobre outros grupos étnicos devido a características físicas, culturais ou económicas. O racismo é na sua essência uma questão de poder e dominação de um grupo étnico, instituições e organizações sociais sobre outros grupos ou instituições. Foi com base neste preconceito que o Terceiro Reich legitimou o Holocausto contra os Judeus durante a Segunda Guerra Mundial (Araújo & Maeso, 2019, p. 459). O racismo é na realidade um preconceito que leva a politizar os discursos anti-imigração. E daí, a importância deste conceito para este trabalho.

De acordo com Araújo e Maeso, em Portugal o tema do racismo tem sido mais discutido nos últimos anos através dos media que têm denunciado casos de segregação racial e casos flagrantes de violência policial entre outros casos (Araújo & Maeso, 2019, p. 457). De acordo com estas autoras, o racismo que tem sido formalmente condenado permanece integrado nas instituições e nas estruturas sociopolíticas que mantêm estas desigualdades (Araújo & Maeso, 2019, p. 458). Esta é uma ideia que já Dijk discutiu e apresentou nos finais do século passado, ao mostrar que as elites, no caso os académicos, são mais rápidos a negar que o racismo seja um problema, do que a admitir que existe racismo no meio académico (Dijk, 1999, p. 147).

Para Van Dijk (2008), o racismo é uma prática social de desigualdade a nível étnico, manifestando as injustiças com base na classe social. O autor afirma que para passar ideologias, crenças e formar opiniões é preciso um grupo forte para o fazer. Ele apresenta o termo “elites simbólicas” e caracteriza essas elites como grupos políticos, educacionais e mediáticos. Dentro deste grupo de elites simbólicas estão professores, advogados, estudiosos, jornalistas, políticos, entre outros. É em torno das “elites simbólicas” que surge outro conceito, o de “novo racismo”.

O “novo racismo” ou racismo discursivo, é um racismo velado, subtil e que atua em todos os setores da sociedade. Segundo o autor, o “novo racismo” tem as suas representações mentais validadas no discurso e, posteriormente, explanadas e partilhadas primeiro com o grupo dominante e mais tarde com o resto da sociedade. É dessa forma que é perpetuado o preconceito, uma vez que é algo com o qual não se nasce, mas sim se vai aprendendo. O “novo racismo” na ótica de Van Dijk (Dijk, 2008, p. 105), é um sistema constituído por dois principais elementos: social e cognitivo. O elemento social tendo uma visão mais micro, diz respeito às práticas do dia a dia de discriminação. O cognitivo refere-se às crenças e ideologias, tal como as normas e os valores aprendidos ao longo da vida.

1.3.5. Discriminação e Discriminação racial

O conceito de discriminação é muito importante num trabalho como este, uma vez que o conceito de discriminação é muitas vezes confundido com o conceito de racismo.

Discriminar é proibir a uma pessoa qualquer bem ou serviço, o exercício a uma atividade económica, o acesso a locais públicos, é proibir ou limitar o acesso da pessoa a educação ou ensino, é proibir, limitar ou condicionar o acesso aos direitos que qualquer pessoa nacional teria na mesma situação, com base em preconceitos sobre raça, cor da pele, ascendência, país de origem, ou preconceito étnico (Alto Comissariado para as Migrações ACM Portugal, n.d.)

Em Portugal, temos a Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR) que apresenta um conceito de discriminação racial que se pode usar com facilidade. Discriminação racial é excluir, restringir ou diminuir os direitos de uma pessoa em função da sua raça, etnia, cor da pele, nacionalidade ou naturalidade (Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial, n.d.). Basicamente, sempre que uma pessoa estiver a ser limitada nos seus direitos de cidadão de um país, estamos perante situações de discriminação racial.

O racismo e a discriminação racial são hoje fenómenos para os quais os portugueses olham com uma visão mais científica e mais abalizada em dados científicos.

1.3.6. Minoria étnica

É considerado como uma minoria um grupo que é numericamente inferior à maioria da população de uma sociedade, logo, e, por conseguinte, não está numa posição em que possa dominar sobre os restantes membros dessa sociedade e os seus membros têm características como etnia, religião, linguagem, entre outras características próprias e individualizantes do grupo.

A investigadora Dommelen avança que ter uma identidade social é crucial para criar coesão social e eliminar preconceitos. A identidade social, que se extrai dos grupos a que a pessoa pertence, é o que liga o indivíduo ao grupo social e molda a forma como o indivíduo pensa, age e avalia os outros. Para Dommelen, nos nossos dias, as pessoas pertencem a vários grupos que dão identidade a essas pessoas. As identidades de etnia ou religião usualmente são adquiridas por nascimento, a identidade de género pensa-se que está consolidada até aos 7 anos de idade, tal como a identidade étnica. No mundo de hoje, todos temos identidades grupais que nos dão identidade, estrutura e contexto nas relações sociais, e hoje pode-se pertencer ou sentir que se pertence a mais do que um grupo social em simultâneo (Dommelen, 2014, pp. 6-12).

A criação de uma identidade étnica resulta, de acordo com Bastos e Bastos, da interação entre grupos em que o “nós” é construído em contraste com o “eles”. Um grupo a que se chama uma minoria étnica é um grupo que mantém uma identidade social e histórica que é reconstruída no país de acolhimento, e essa identidade étnica é uma referência à pátria de origem, mas também uma forma de distinção no país ou sociedade de acolhimento (Bastos & Bastos, 1999, pp. 12-14).

Para Hans Vermeulen, quando se discute minorias étnicas é necessário ter três elementos em conta: uma coletividade com existência continuada dentro da comunidade e que essa coletividade seja uma minoria e que em consequência tenha dificuldades em participar de uma vida política dentro da sociedade e, por último, o grupo ou etnia ocupa uma posição social considerada baixa. Pessoas com elevado peso económico não são considerados elementos de uma minoria étnica, de acordo com o autor (Vermeulen, 2001).

1.3.7. Xenofobia

A xenofobia é uma atitude ou preconceito que exclui uma pessoa da comunidade por ser estrangeira, ou por não pertencer àquele grupo em específico. É um medo ou temor que uma pessoa tem simplesmente porque a outra pessoa é diferente (Garza, 2011). Khair diz mesmo que a xenofobia se tem encontrado em testemunhos ao longo da história da Humanidade. Não é um fenómeno moderno ou contemporâneo. É um fenómeno do qual encontramos evidências nos ataques racistas, nos ódios religiosos, nos genocídios de aldeias inteiras, na perseguição dos Roma ou ciganos, nos ataques a imigrantes, no holocausto dos judeus durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e em muitas outras situações não numeradas neste ponto. Para Khair, a xenofobia encontra a sua justificação na teoria do poder. É uma forma de exercer poder sobre outra pessoa (Khair, 2016, pp. 1-9).

1.3.8. Representações sociais

Esta expressão é operacional para percebermos melhor o tema deste trabalho. A teoria das representações sociais ganhou relevo na segunda metade do século XX, quando Serge Moscovici (1925-2014), psicólogo social, trouxe esta expressão para a ribalta na década de 60 do século passado. A psicologia social, o campo de estudo de Moscovici, é o estudo dos processos de interação social. Na interação social troca-se e cria-se conhecimento, e é disso que trata a psicologia social.

A representação social é um conjunto de crenças ou de ideias que se tem relativamente a uma pessoa, a um grupo de pessoas ou, até relativamente a um acontecimento (Santos-Silva

& Guerreiro, 2020, p. 126). Höijer define a representação social como um processo coletivo para criar conhecimento que resulta em significados que são comuns às pessoas pertencendo àquele grupo, sociedade ou organização. Para esta autora, a teoria das representações sociais, como liga o coletivo ao individual, é uma ferramenta para utilizar em investigações que envolvam os media e a comunicação. Höijer diz que não existe uma significação única de representação social, existem várias. As representações sociais são representações de algo, são representações que são comuns a um grupo de pessoas e baseiam-se no conhecimento comum, na interação com a sociedade (Höijer, 2011, p. 3).

1.4. A imagem do imigrante e das minorias étnicas na imprensa e na televisão portuguesas

Portugal seguiu na trajetória de outros países de acolhimento que sentiram necessidade de perceber melhor os fenómenos da migração na mudança de milénio. Feliciano Duarte avançou que em Portugal, no início do novo milénio, foi possível observar a população de acolhimento portuguesa através da perceção de migração que lhe foi fornecida pelos meios de comunicação social. Para este autor, sentiu-se que a migração foi um tema recorrente, onde se deu atenção às diferentes comunidades que alimentavam os meios de comunicação social e as suas notícias ou reportagens. Duarte, ressaltou que em Portugal começou a haver jornalistas especializados nos temas da imigração que podiam construir reportagens mais profundas e com maior conhecimento do fenómeno. Este autor, deu ênfase também ao tema da imigração continuar ligada ao tema da criminalidade. Por outro lado, defendeu que os meios de comunicação social, nos idos de 2004 estavam também a dar ênfase aos temas relacionados com a integração da comunidade migrante na sociedade portuguesa (F. B. Duarte, 2004, pp. 11-12).

No estudo produzido por Cunha e Santos, a temática da imigração tinha entrado nas rotinas dos meios de comunicação social da altura, e embora o tema crime fosse o que mais vezes se referisse à imigração e às minorias étnicas na imprensa analisada, outros temas começaram também a ter uma presença bem marcada como temas sobre identidade e cultura das pessoas imigrantes ou pertencentes a minorias étnicas. Na televisão, o crime foi também o tema mais associado às imigrações ou aos grupos étnicos. Cunha e Santos salientaram que esta predominância do tema crime estava a passar uma ideia e uma visibilidade das minorias étnicas e das migrações que fazia com que as pessoas da sociedade de acolhimento (os portugueses) vissem reforçado os seus sentimentos de xenofobia (Cunha & Santos, 2004, pp. 93-96).

Nestes anos, na imprensa e na televisão, Cunha e Santos verificaram que as pessoas migrantes e as minorias étnicas tinham começado a construir a sua própria personalidade, porque adquiriram maior protagonismo e capacidade de autoafirmação. No entanto, este maior protagonismo traduzia-se em peças biográficas, o que não se pode entender como reflexo da comunidade migrante ou das minorias étnicas. Metade das peças analisadas mostraram que o estatuto jurídico das pessoas é um dos fatores diferenciadores, mas as peças não salientam muito mais do que se a pessoa está legalmente no país ou não. A imagem dos imigrantes e das minorias étnicas caracterizou-se neste estudo também pelas profissões nomeadas nas peças televisivas ou nos textos de jornais. Nesta situação Cunha e Santos, perceberam que a ocupação das pessoas não é referida de forma sistemática, mas quando é, salienta-se o facto de que as profissões não-qualificadas são a ocupação da maioria das pessoas identificadas, e neste quadro inclui-se a prostituição. Quando a comunidade identificada é a cigana, não se encontram menções de qualquer tipo a uma ocupação profissional (Cunha & Santos, 2004, pp. 103-108).

Roberto Carneiro congratulou-se, na edição de 2006 deste estudo, sobre a forma como os media estavam a abordar os temas da imigração e das minorias étnicas, ao referir que o estudo tinha percebido um aumento significativo das peças que abordaram o tema da integração dos imigrantes, em simultâneo com uma abordagem menos sensacionalista quando a temática abordada era o crime. O autor congratulou-se, também, com o tom mais neutro e factual de muitas das peças jornalísticas de imprensa e televisão. Mas referenciou como motivos possíveis para esta melhoria estratégias de agências responsáveis como a ACIME (Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas) ou o SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras) com campanhas para melhorar a perceção da sociedade acolhedora e também o compromisso de autorregulação que os meios de comunicação social adotaram entre 2003, o ano do estudo citado atrás, e o ano de 2004, o ano deste estudo (Carneiro, 2006, p. 8).

Cunha e Santos começaram por salientar que agências governamentais como o ACIME e outras agências não-governamentais se esforçaram a promover boas práticas de acolhimento das comunidades migrantes, mas mesmo assim, muitos estereótipos permaneciam na mente dos portugueses, o que foi classificado como um problema de integração social plena. Mas, as autoras salientaram o esforço concertado para utilizar os meios de comunicação social como aliados na construção de mentes mais abertas à imigração e às minorias étnicas (Cunha & Santos, 2006, pp. 22, 26).

Nas conclusões, Cunha e Santos referem que o crime é a temática mais tratada na discussão de minorias étnicas e imigração, embora seja de assinalar a mudança de contexto e o discurso neutro aplicado. De notar, também, que muitas das notícias sobre crime referentes a minorias étnicas ou imigrantes, apresentam estes como as vítimas e as notícias são enquadradas

numa visão de exclusão social, não de crime. A temática da integração nas suas perspetivas cultural e religiosa aumentou a sua presença nos meios de comunicação social analisados (imprensa e televisão). A comunidade brasileira foi a mais presente na imprensa e na televisão em análise, seguida pela comunidade dos cidadãos de Leste. As autoras salientaram a quase exclusão de notícias referentes à comunidade cigana e aos cidadãos africanos de segunda geração (Cunha & Santos, 2006, pp. 102-106).

Na tese de doutoramento *Je ne suis pas raciste, mais...: Du «non-racisme» portugais aux deux racismes des Portugais*, o autor João Filipe Marques (2004) traz à tona a ideia do “não racismo” e foca na questão do “preconceito de não ter preconceito” centrado na sociedade portuguesa. A investigação realizada tem como protagonistas principais duas minorias, os imigrantes e os ciganos. O autor concluiu que os imigrantes, neste caso estamos a falar maioritariamente de origem africana, e os ciganos eram colocados em categorias diferentes. Para conseguir explicar essa diferenciação, o autor afirma que os imigrantes eram alvos de um racismo assimilacionista ou inegalitário. Na sua perspetiva, estes tipos de racismo tinham como origem a época colonial. Esse passado influencia a forma como os imigrantes são recebidos. De forma prática, este tipo de racismo é refletido nas ações do quotidiano, como por exemplo, alugar um apartamento ou como ter acesso a determinados postos de trabalho. No caso dos ciganos, o racismo associado a eles é o diferencialista ou exclusão no que diz respeito a qualquer lugar na sociedade, sendo-lhe negado qualquer função económica e nenhuma oportunidade de interação e expressão social. Os ciganos são vistos como não sendo parte integrante da sociedade e este racismo tem origens históricas (neste caso remete aos tempos dos mouros). Marques classifica o racismo como algo institucional, incorporado na sociedade, incorporado em todos os setores. Há como que uma recusa e afastamento destas minorias à cultura dominante (Marques, 2004).

Célia Belim, no seu artigo publicado em 2020 mostra como diferentes estratégias de comunicação produzem diferentes imagens sobre migrantes e refugiados. A investigadora mostrou, neste artigo, como diferentes países preferem diferentes aproximações para discutir os refugiados e os migrantes. Mas, ela referiu que as estratégias mais bem-sucedidas para apresentar os refugiados e imigrantes como pessoas válidas, que podem contribuir de forma extraordinária para o sucesso da nação de acolhimento e de todas as pessoas que formam essa nação de acolhimento e até o mundo são, no geral, estratégias que assentam num de três eixos: *ethos*, *pathos* e *logos* (Belim, 2020, p. 79).

As expressões gregas *ethos*, *pathos* e *logos* estão na base dos ensinamentos da retórica aristotélica (discurso persuasivo ou convincente) há muitos séculos. No primeiro eixo, *ethos*, a comunicação centra-se sobre a entidade emissora da comunicação, entidade que está acima de

suspeitas, que tem credibilidade no seu campo de ação, que não mentiria ao povo de acolhimento. O público confere às entidades que estão a falar com elas a credibilidade necessária para se deixarem convencer pelos discursos dessas entidades (Belim, 2020, p. 84). Se a entidade afirma que as pessoas que estão a entrar são dignas de ajuda e boa receção, as pessoas do país de acolhimento sentem-se mais seguras.

No uso do segundo eixo, o *pathos*, procura-se gerar discursos que despertem emoções fortes junto do público (Belim, 2020, p. 84). Nos discursos que usam esta estratégia de persuasão faz-se uso das histórias tristes que impelem tantos imigrantes e refugiados a fugir da sua sociedade anterior. Neste eixo, a comunicação procura gerar empatia da sociedade recetora com o imigrante ou refugiado, mostra como a pessoa foi vítima de preconceitos, de injustiças e que os imigrantes e refugiados são pessoas como todas as outras, apenas à procura de um sítio onde possam ser elas próprias e prover para a sua família.

No terceiro eixo do discurso persuasivo, *logos*, usam-se estratégias que têm a ver com a realidade, as histórias deixam de ser apenas histórias e são pessoas. O orador ou a entidade que promove o discurso utiliza números, factos, histórias reais para fazer o seu discurso ter mais impacto e ser mais assertivo (Belim, 2020, pp. 79, 84).

Belim, também, faz notar que os discursos que circulam na esfera pública constroem a opinião pública e no caso de serem negativos, podem usar-se discursos de entidades dignas de fé como o ACNUR, para levar as pessoas das nações recetoras a questionar os seus preconceitos, as suas ideias formadas, e a veracidade desses discursos negativos (Belim, 2020, p. 102).

Isabel Duarte, também, procurou identificar mecanismos para facilitar a empatia entre a pessoa da sociedade recetora e a pessoa que se está a deslocar, quer seja imigrante, quer seja refugiada ou asilada. Para esta investigadora, a empatia é mais facilmente invocada no leitor ou telespetador se a história for contada na primeira pessoa, se a pessoa que estiver a contar a história tiver um nome, se for possível descrever os locais onde a história da pessoa se passou. É mais fácil gerar sentimento e em consequência empatia, se a pessoa que está a ouvir ou a ver a narração, se colocar nos sapatos da pessoa que está em trânsito para outra situação (Duarte, 2020, p. 108).

Santos-Silva e Guerreiro procuraram discernir como é que os media portugueses fizeram a representação social de refugiados em dois anos chave, 2015 e 2019. Esses dois anos foram fulcrais no desenvolvimento dos movimentos migratórios no mar Mediterrâneo. No ano de 2015, mais de um milhão de pessoas cruzou o mar Mediterrâneo e isso colocou estes movimentos migratórios no cerne de debates políticos e públicos. No ano de 2019, foi difícil encontrar portos onde fazer atracar os navios humanitários com migrantes salvos no

Mediterrâneo. As investigadoras chegaram às conclusões de que os media portugueses não reconheceram as pessoas como indivíduos e falaram nos refugiados e migrantes como uma massa homogénea. Para as investigadoras, não foi dada voz aos migrantes que foram subalternizados a uma visão ocidental (Santos-Silva & Guerreiro, 2020, p. 123).

Para as investigadoras, Santos-Silva e Guerreiro, Portugal é um país que, tendo desde o início da crise disponibilizado os meios para receber migrantes, deveria ter tido uma cobertura jornalística mais eficiente e capaz de destruir estereótipos sobre refugiados e construir narrativas claras e mais informadas sobre estes migrantes (Santos-Silva & Guerreiro, 2020, p. 124).

Os media possuem um papel importante no que diz respeito à formação da opinião, a perceção sobre o outro e a moldar comportamentos, sobretudo no que é diferente. A forma como os media representam o imigrante e as minorias étnicas tem influência na forma como a maioria das pessoas as enxerga, mesmo, por vezes, as pessoas pertencentes a essa minoria. Através de uma abordagem apostada na diversidade cultural e integração os media podem fazer com que a sociedade caminhe cada vez mais para uma sociedade mais inclusiva (Cunha, 2006, p. 25).

2. Análise crítica do discurso (ACD)

A presença cada vez maior de imigrantes e minorias étnicas na sociedade portuguesa fez com que os temas do racismo ou da caracterização das minorias, por exemplo, se tornassem mais importantes para a sociedade portuguesa. É, nesse contexto, que se torna relevante perceber o posicionamento dos representantes políticos sobre estes temas.

A política caracteriza-se como um dos campos particulares de interfaces entre a comunicação e a sociedade. A política ganhou espaço na comunicação social. Os políticos contam atualmente com o marketing político, as relações-públicas, a consultoria de imagem, as assessorias de comunicação para moldar a sua imagem ao seu público segmento-alvo. O sucesso dos políticos está muitas vezes ligado à sua teatralidade e à forma tocam e agradam o público. A imagem ganhou força com essa transformação que ocorreu na sociedade, na comunicação social e na política. O que o político diz, faz e a forma como se apresenta está cada vez mais mecanizado. A improvisação e a espontaneidade foram postas de lado.

Foucault, na obra *Ordem do Discurso* (1996), fala do discurso como uma construção das características de uma sociedade. Segundo ele, a produção do contexto do discurso é feita na própria sociedade. Este filósofo, afirma também que mais do que analisar o discurso, a análise de discurso tem como objetivo analisar o que não está na superfície, o oculto. É uma análise qualitativa em que se pretende estudar significados. Todas as expressões possuem um contexto e é esse contexto (do que/quem estamos a analisar) que devemos ter em conta. Esse é o nosso ponto de análise. Esse contexto pode ser o ambiente, questões económicas, política, etnia, questões de género, questões laborais, consoante o tema que está a ser abordado.

A análise do discurso faz uma análise qualitativa e procura significados em excertos significativos dos discursos sob a análise. É o investigador que seleciona, localiza, identifica, recolhe, descreve e analisa os excertos de discursos que são pertinentes para a sua investigação.

O discurso é no seu âmago uma prática social que transmite pensamentos, conhecimentos, ideologias, e em momentos de especial tensão pode produzir mudanças de atitudes e mudanças de comportamentos nos diferentes atores sociais. A análise do discurso tem como objetivo analisar textos verbais tendo por base o uso da linguagem, alguns aspetos ligados à cognição e modelos mentais evidenciados e suas representações.

Os diversos discursos dos políticos a concorrerem às eleições de 2022 são um interessante sujeito de análise para a análise do discurso. Através desses discursos pode-se perceber como o tema das minorias étnicas, tão sensível atualmente na sociedade portuguesa, está a ser orientado e usado pelos políticos. Porque é no resultado destes discursos e da importância e valorização que lhes foi atribuída que se constrói a opinião pública.

Dentro desta análise há todo um leque de elementos que podem ser analisados, começando pela dimensão verbal, pelos gestos, imagens, sons, expressões, entonação utilizada, entre outros (Danin & Machado, 2021, p. 395). É no discurso mediático que é formada a opinião pública.

Para Wetherell, Taylor e Yates (2001), a Análise de Discurso tem um conjunto de métodos e de teorias que pretendem investigar o uso quotidiano da linguagem e a linguagem nos contextos sociais. É um estudo dos significados e pretende analisar o que está manifesto e o que não está manifesto nos diálogos que compõem a ação social, os padrões de significação e representação que fazem parte da cultura. A análise irá permitir várias interpelações que posteriormente permitirá agrupar os significados e representações encontrados nas diferentes teorias. Para Taylor (2001) autora norte-americana que dedicou grande parte da sua carreira aos estudos sobre o discurso, a análise do discurso é uma análise feita de forma aprofundada da linguagem utilizada no discurso à procura de padrões. Para a autora, a análise do discurso é um campo privilegiado por poder utilizar diferentes abordagens e diferentes conceções de análise.

De acordo com Wetherell, Taylor e Yates (Wetherell et al., 2001), as diferentes tradições da pesquisa discursiva, sendo elas a tradição sociolinguística, a análise conversacional, a psicologia discursiva (que pode ter outras designações para outros autores) e a análise crítica do discurso, geraram diferentes modelos para a análise do discurso. A procura por padrões é o grande objetivo da análise do discurso. Essa procura por padrões utiliza a análise das várias significações do discurso linguístico. Por isso, diferentes línguas geram diferentes análises.

A primeira abordagem que surgiu na análise do discurso foi a sociolinguística. Nesta abordagem o foco é a língua e o seu objetivo é estudar a variação da mesma e contextualizá-la em ambientes e personagens sociais diferentes. Já a abordagem análise conversacional, a segunda abordagem, em vez de se focar na própria linguagem, foca-se no seu uso. A linguagem nesta abordagem é vista como um processo, no qual os investigadores focam-se em analisar o que está explícito e, sobretudo, o que está implícito. A análise é feita às interações, entre pelo menos por duas pessoas. O que tem em comum com a abordagem sociolinguística é que esta também vai em busca de padrões. Só é possível identificar os padrões no desenrolar da conversação existente entre duas partes, uma vez que os significados surgem dessa conversação e da contribuição que cada elemento apresenta. As personagens são modeladas pelo contexto de interação em que se encontram.

A terceira abordagem tem diferentes designações, Burr (1995) referiu-se a ela como repertórios interpretativos, Wood e Kroeger (2000) designaram de análise do discurso na psicologia social e Wetherell, Yates e Taylor (2001) referem-se a ela como psicologia discursiva. Apenas a designação é diferente, mas o objetivo é o mesmo. Os estudiosos procuram

padrões na própria linguagem relacionada a uma determinada temática. O surgimento de novas palavras em detrimento de novos fenômenos caracteriza um caso prático desta abordagem. A sua análise não se esgota nas interações e a linguagem é vista como uma ação.

A quarta e, última abordagem, é a análise crítica do discurso (Wetherel et al., 2001; Wood & Kroger, 2000). Foi em 1985, num artigo escrito para o *Journal of Pragmatics*, que o linguístico britânico da Universidade de Lancaster, Norman Fairclough, falou do termo análise crítica do discurso pela primeira vez (Fairclough, 1985). Esta abordagem da análise do discurso surgiu de uma corrente linguística, denominada de Linguística Crítica. Quando a Análise Crítica do Discurso surgiu ela deu continuidade e abraçou a base da Linguística Crítica. Foi apenas em 1991 após o encontro de diversos precursores de estudos críticos, são eles Teun Van Dijk, Gunter Kress, Theo Van Leeuwen, Ruth Wodak e Norman Fairclough que a Análise Crítica do Discurso se consolidou enquanto disciplina. Essa convergência de trabalhos tinha como principal objetivo arranjar formas de analisar problemas sociais que até então não era possível analisar com os métodos e abordagens existentes.

A análise crítica do discurso (doravante ACD) é uma abordagem transdisciplinar na criação do conhecimento. Esta abordagem crítica parte da posição de que o discurso é uma prática social e como tal é um reflexo das relações de poder e domínio, mas também de discriminação e controle. Por isso, esta abordagem analisa o contexto em que o discurso é produzido e a sua capacidade para gerar outras relações de poder e de domínio, ou seja, a sua capacidade para mudar a paisagem social (Resende; Ramalho, 2006). Esta abordagem é muitas vezes usada nos estudos de gênero, étnicos e políticos. É o seu caráter mais social que o distingue das restantes abordagens da análise do discurso.

A análise crítica do discurso tal como todas as abordagens apresentadas procura padrões, mas neste caso olha para um contexto mais vasto, ligado a questões da sociedade. As questões de identidade, individualidade, mudança social e pessoal, sem esquecer das relações de poder é o que se pretende explorar nesta abordagem (Parker, 1992). Os investigadores têm como objetivo identificar padrões de linguagem, práticas de linguagem e correlacionar esses fatores com acontecimentos e pessoas da sociedade (Taylor, 2001). A controvérsia é uma das características da análise crítica do discurso porque esta abordagem está associada ao estudo do poder, da resistência, à contestação e à luta. A linguagem é uma forma de categorizar as pessoas, através do que é dito por elas as outras pessoas colocam-nas numa determinada categoria. É na linguagem que encontramos diferentes versões sobre o mesmo acontecimento até porque os diferentes discursos apresentam realidades diferentes sobre o mundo (Llombart, 1995). A cultura discursiva dos indivíduos é que vai determinar as crenças e opiniões desses mesmos indivíduos sobre os acontecimentos. Neste caso, a cultura não deve ser compreendida ou

confundida com a educação ou personalidade do indivíduo que faz uso da linguagem para se expressar. Nesta abordagem, os significados são criados e contestados nos discursos. Os indivíduos não possuem uma posição passiva, mas sim ativa onde estão sempre à procura de validação social e cultural. Parecido com o que acontece na abordagem conversacional, também na análise crítica do discurso os indivíduos estão de certa forma constrangidos ao contexto onde estão inseridos. Esta abordagem tem um carácter mais macro, uma vez que é mais importante perceber que consequências e de que forma o discurso do indivíduo influencia o todo do que propriamente o contexto particular onde ele proferiu o seu discurso.

A ACD procura dar visibilidade à maneira pela qual as formas linguísticas podem ser usadas em várias expressões da manifestação do poder. Para a ACD, a linguagem não é poderosa em si mesma, ela adquire poder pelo uso que os agentes que detêm o poder fazem dela. Isso explica o porquê de se adotar a perspectiva dos que sofrem e analisa criticamente a linguagem daqueles que estão no poder, que são responsáveis pela existência de desigualdades e que também dispõe dos meios e oportunidades para melhorar as condições gerais (Fairclough, 2001).

2.1. Diferenças entre a Análise do Discurso e a Análise Crítica do Discurso

A Análise do Discurso preocupa-se com um tipo de discurso específico, sejam eles o discurso das ciências humanas, como da medicina, a psiquiatria, a economia e a gramática. Já a Análise Crítica do Discurso preocupa-se com todos os tipos de discurso, como é o caso da conversação, discurso de sala de aula, discurso vinculados nos media, entre outros. Outra diferença entre eles, é o facto de a análise de textos de linguagem falada e escrita fazer parte do campo de análise da ACD e não fazer parte da Análise de Discurso de Foucault. O que os dois têm em comum é o facto de olharem para a linguagem como uma prática social e não como algo individual. Há uma relação direta entre o discurso e a estrutura social, ou seja, uma relação entre a prática social e a estrutura social.

Norman Fairclough é um dos representantes da ACD e teve um papel primordial no que toca à relação entre discurso e poder na teoria social do discurso. O autor aponta a construção discursiva de sujeitos sociais, do conhecimento e o funcionamento do discurso na mudança social.

É pelo facto de a Análise Crítica do Discurso combinar a linguística com os estudos culturais, dessa forma permite-nos entender de que forma funciona as relações de poder e negociadas por intermédio do discurso e enaltecer os aspetos linguísticos, gramaticais e

socioculturais que a Análise Crítica dos Discurso se torna a abordagem mais adequada para esta investigação.

3. Metodologia

Este capítulo contém a parte metodológica desta investigação. De forma mais detalhada iremos apresentar o processo usado na análise crítica do discurso, além da apresentação do corpus de análise, ou seja, o objeto do trabalho. Antes de mais, será importante apresentarmos cada partido político de forma a termos bases para a análise que iremos fazer.

3.1. Instrumento metodológico

Nesta pesquisa iremos colocar em prática os procedimentos teóricos-metodológicos da ACD através de três categorias analíticas que consideramos ser as mais adequadas para o objeto que nos propomos analisar. Dessa forma, escolhemos as seguintes categorias de análise que se apresentam à frente:

- Operadores argumentativos em 3.1.1
- Posto e o pressuposto em 3.1.2
- Escolhas lexicais em 3.1.3

O corpus de análise escolhido são os debates televisivos dos candidatos às eleições legislativas de 2022. Pretendemos com esse corpus realizar a análise crítica do discurso dos deputados candidatos às eleições legislativas que decorreu no início deste ano, no papel de emissor da mensagem, para além do alcance e da repercussão das mensagens ditas pelo recetor.

3.1.1. Operadores argumentativos

Os operadores argumentativos têm como objetivo levar a que os ouvintes, neste caso, cheguem a uma determinada conclusão, adotem uma postura ou até mudem as suas convicções em relação a um determinado assunto. Oswald Ducrot, dedicou-se a estudar a Teoria da Argumentação, no qual defendia que todo o enunciado produzido dentro de um universo discursivo possui enredado em si mesmo, um movimento argumentativo. Esta ideia, afirma que quando produzimos um discurso e nos colocamos no campo dos objetos discursivos, estamos a conceber enunciados com valor argumentativo. O facto de a língua ter nela elementos, os chamados operadores argumentativos, faz com que ela seja essencialmente argumentativa. Estes elementos permitem que locutores orientem os argumentos do seu discurso. Para percebermos bem o conceito de elementos é necessário explorar o conceito de poder simbólico apresentado pelo sociológico francês Pierre Bourdieu (1930-2002) em 1977. Quando apresentou este conceito o autor falou de um poder que é, muitas vezes, invisível. Mesmo sendo

invisível ele tem o poder de movimentar outros tantos poderes. Quando esse poder deixa de ser invisível e passa a ser reconhecido, ele torna-se num poder simbólico segundo Bourdieu (1989). O poder simbólico revela-se, manifesta e edifica através dos sistemas simbólicos, que são a arte, a religião e a língua. O objeto que nos interessa é a língua, para Bourdieu ela é uma estrutura que se caracteriza como instrumento de conhecimento e permite aos indivíduos fazer uma construção do mundo que os rodeia (Frazão, 2007).

O carácter do sistema simbólico é determinado socialmente e é arbitrário. O poder simbólico também é validado através dos símbolos. Eles ajudam-nos a analisar como percebemos o que nos rodeia, e é através dos sistemas simbólicos que os valores de determinada cultura se manifestam e validam. Para os sociólogos os sistemas simbólicos são instrumentos de integração social, uma vez que é através deles que uma determinada comunidade entra em concordância sobre determinados temas e concepções, o que leva a uma ordem social (Bourdieu, 1989).

Bourdieu teve a necessidade de introduzir o conceito de produções simbólicas para falar dos sistemas simbólicos, pois segundo ele, os sistemas simbólicos concebem os instrumentos de dominação que dizem respeito aos interesses da classe dominante e detentora dos privilégios sociais. O autor afirmou que os sistemas simbólicos detêm uma função social e política, na medida em que todas as classes sociais estão numa luta incessante para deter o controlo dos espaços e os meios da produção simbólica (Bourdieu, 1989).

Nesta investigação pretendemos analisar os elementos gramaticais que têm o papel de guiar a argumentação de um determinado discurso. Os elementos argumentativos que serão usados na análise do corpus desta investigação são (Frazão, 2007):

- Operadores que pretendem dar força ao argumento apresentado: até, até mesmo, inclusive, sempre;
- Operadores com o objetivo de somar argumentos: não só, e, mas também, como também, além disso, ainda, que aliás;
- Operadores que levam a uma conclusão: portanto, logo, conseqüentemente, assim, já que, aliás além do mais, sem dúvida, isso significa, em outras palavras;
- Operadores que apresentam algum argumento contrário: apesar, mas, no entanto, embora, no entanto, ao contrário, senão;
- Operadores que pretendem apresentar uma determinada explicação: pois, porque, já que, com isso;
- Operadores que evocam argumentos alternativos: ou;
- Operadores que fazem uma comparação: tão... quanto, quase, mais do que; como;
- Operadores que dão força e concluem um pensamento anterior: enfim, isso com que;

- Operadores que inserem uma condicionalidade: se, no caso de;
- Operadores que apontam negação: não, jamais, nada, ninguém, nenhum.

3.1.2. O posto e o pressuposto

O próprio jornalista, enquanto desempenha as suas funções faz uso do sistema simbólico que o orienta desde o início do seu processo da recolha dos factos à exposição dos mesmos. Essa exposição pode ser feita de forma escrita, através da imagem ou da fala. Para esta investigação, o que importa é a exposição feita através da fala. Muitas vezes, os profissionais esquecem-se de fazer a distinção entre os factos noticiosos e os factos omitidos e isso acontece devido a vários fatores: a escassez de tempo, quando relatam histórias extensas, a existência de dificuldades em ter acesso às fontes de investigação e a pressão da concorrência direta.

Com esta investigação, mais do que analisar o que está na superfície, pretendemos analisar o que não está. Com a ajuda deste ilocutórios iremos analisar o valor de verdade dos enunciados.

Oswald Ducrot, nas suas obras corroborava com a tese de que nem tudo deve ser dito e os políticos têm noção disso. Muitas vezes, é possível dizer tudo sem de facto se dizer. Quase se trata da análise de discursos é relevante fazer uso do posto e do pressuposto, uma vez que são ferramentas que permitem aos locutores manterem um discurso coeso. Nesta investigação pretendemos analisar os discursos dos candidatos às eleições legislativas de 2022 através de dois atos ilocutórios (Frazão, 2007):

- Posto: é a marca da assertividade no discurso, ou seja, o locutor não dá grandes margens para interpretação da parte do interlocutor;
- Pressuposto: o locutor transmite o que pretende de forma implícita, dando a oportunidade ao interlocutor de interpretar o que foi dito.

A diferença entre o posto e o pressuposto é que no posto o que foi dito pelo locutor é tida como verdade absoluta e é da total responsabilidade do locutor, enquanto no pressuposto a responsabilidade está do lado do interlocutor, uma vez que irá interpretar o que foi dito.

3.1.3. Escolhas lexicais

A análise do discurso começa, muitas vezes, na própria forma como as coisas estão escritas. Porém, o estilo muitas vezes passa despercebido. A escolha lexical permite-nos através dos eufemismos analisar os momentos em que se pretende atenuar ou esconder um ponto de vista menos positivo que pode disputar reações de desagrado. O disfemismo caracteriza-se

quando usamos termos depreciativos, que faz uso da ironia e do humor para manifestar uma determinada opinião (Frazão, 2007).

3.2. Partidos

As eleições legislativas de 2022 começaram a 30 de janeiro de 2022 e representaram a XV Legislatura da Assembleia da República. O Partido Socialista (PS), com maioria absoluta venceu as eleições. Estas eleições tiveram um início conturbado devido à situação da Covid-19 e aos constrangimentos trazidos para os votantes que poderiam estar infetados. Os partidos que concorreram a estas eleições foram:

- **Partido Socialista (PS)**

O programa eleitoral do PS tem 121 páginas e começa o programa pelo seu slogan “Juntos seguimos e conseguimos”. Antes de abordar os desafios a que se propõe, o PS enumera o que para si é uma “Boa Governação”: 1) Contas certas para a recuperação e convergência; 2) Investir na qualidade dos serviços públicos; 3) Melhorar a qualidade da democracia; 4) Valorizar as funções de soberania. Já os desafios estratégicos a que se propõe são: as alterações climáticas, a demografia, as desigualdades e a sociedade digital, da criatividade e da inovação (Partido Socialista, 2022).

No 2º desafio, a demografia, o PS tem um ponto dedicado às migrações. O partido refere a importância que a imigração tem no desenvolvimento da economia e da demografia, para tal acredita que é necessário apostar em políticas que permitam uma “imigração controlada e regulada” (Partido Socialista, 2022, p. 74), dessa forma Portugal pode ficar conhecido por ser um país “tolerante, diverso e aberto ao mundo” (*ibidem*). Para tal, as medidas pensadas, entre outras, são: “Promover a regularidade dos trajetos migratórios, continuando a promover acordos bilaterais de migração regulada com países exteriores à União Europeia(..); Implementar o acordo de mobilidade no âmbito da CPLP e outros programas específicos de promoção da imigração (...); Mudar a forma como a Administração Pública se relaciona com os imigrantes (...); Incentivar o regresso de emigrantes e lusodescendentes, executando e reforçando o Programa Regressar, com vista à promoção do regresso de emigrantes e lusodescendentes a Portugal” (Partido Socialista, 2022, p. 74).

No 3º desafio, as desigualdades e a sociedade digital, o PS dá destaque às discriminações, melhor dizendo, a um país sem discriminações e, por isso, é necessário

“acelerar a redução das desigualdades socioeconómicas e prosseguir o combate determinado a todas as formas de discriminação que sobrevivem” (Partido Socialista, 2022, p. 80). Para combater as desigualdades e as discriminações, o partido acredita que é necessário que todos os cidadãos tenham igualdade de direitos e eliminar todas as formas de discriminação; haver um maior equilíbrio na distribuição da riqueza; aposta na qualificação, para que todos tenham acesso às mesmas oportunidades; a coesão territorial, através da correção das desigualdades regionais existentes.

- **Partido Social Democrata (PSD)**

O programa eleitoral do PSD tem um total de 158 páginas e foi dividido da seguinte forma: As razões do atraso do nosso país; Uma visão para Portugal; Outra cultura política; As reformas inadiáveis; Uma economia mais competitiva e melhores oportunidades; Ambiente e Sustentabilidade: motor de desenvolvimento ao serviço das pessoas; Valorizar os recursos naturais; As pessoas e o seu bem-estar no centro das políticas públicas; Cultura e conhecimento: uma ambição renovada; Investir nas novas gerações; Uma política integrada para as cidades e as áreas metropolitanas; Pobreza e desigualdades sociais; Direitos Humanos, desigualdade e preconceito; Um Estado organizado para servir os cidadãos; Forças Armadas e Segurança: Prestígio e Soberania; Finanças Públicas. As principais medidas propostas pelo PSD dizem respeito aos impostos e carga fiscal, à economia, à inovação e conhecimento, à educação e natalidade, ao ensino superior, à ciência e cultura, à saúde e ao SNS, à justiça e, por fim, ao ambiente e energia (Partido Social Democrata, 2022).

Dentro da temática dos “Direitos Humanos, desigualdade e preconceito” o *SD tem um ponto sobre os imigrantes e os refugiados. Nesse ponto, o partido refere que a imigração é importante para as políticas públicas, sobretudo devido à crise demográfica que temos atravessado e que o panorama mostra que irá agravar. Seguem-se as propostas para incentivar a entrada de imigrantes no nosso país e, mais importante que a entrada é a permanência: “promover os programas locais de integração de imigrantes bem como a sua monitorização; Promover o associativismo nestas comunidades, bem como o exercício de cidadania ativa; Desenvolver acordos de cooperação com os principais países de origem dos imigrantes; Reforçar a aprendizagem da língua e cultura Portuguesa por estas comunidades; Dar maior capacidade de empreendedorismo, autoemprego e capacitação económica; Combater a discriminação racial e a exclusão social” (Partido Social Democrata, 2022, p. 141). Nas medidas apresentadas pelo PSD no que diz respeito à imigração, é também abordada a questão da discriminação racial, tema abordado nesta investigação.

- **Bloco de Esquerda (BE)**

O programa eleitoral do BE é composto por 216 páginas, dando força ao slogan “Razões fortes, compromissos claros”. São 6 as grandes temáticas deste programa eleitoral, sendo elas: Aprender com a crise pandémica e responder pelo país; Um programa de investimentos para responder à crise climática, Uma economia pela igualdade; A capacidade estratégica dos serviços públicos; Uma sociedade justa, progressista e inclusiva; Garantir lá fora o que queremos cá dentro.

No grande bloco, “Uma sociedade justa, progressista e inclusiva”, há uma parte dedicada aos preconceitos e à discriminação. O ponto “Combater o racismo estrutural” aborda como a discriminação racial atua na sociedade portuguesa. O partido enuncia que muito tem sido feito para combater esta forma de discriminação, trabalho esse que tem sido feito por instituições e associações antirracistas, porém há “um racismo estrutural enraizado que priva as pessoas afrodescendentes, ciganas e de outras comunidades racializadas dos seus direitos fundamentais” (Bloco de Esquerda, 2022, p. 183). O BE relata que um inquérito realizado pelo European Social Survey (ESS) pelo sobre o racismo, concluiu que 62% dos portugueses sinalizam racismo, seja pelas “crenças de racismo cultural (crença de que há culturas muito melhores do que outras) ou de racismo biológico (crença de que há culturas muito melhores do que outras) ou de racismo biológico (crença de que há raças ou grupos étnicos que nasceram menos inteligentes e/ou menos trabalhadores)” (Bloco de Esquerda, 2022, p. 183).

O BE apresenta, também, um estudo realizado pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, no domínio do projeto COMBAT, chegou à conclusão de que 80% (20% por prescrição) dos processos iniciados pela Comissão pela Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR) devido a queixas contra a discriminação, entre 2006-2016, foram arquivados. O partido aborda também a questão sobre a violência policial às minorias étnicas, mais concretamente aos afrodescendentes, anunciando alguns exemplos práticos: os ataques a moradores ao bairro da Cova da Moura, em 2015 na esquadra de Alfragide; em janeiro de 2019, à família Coxi; e a agressão à morada do Bairro da Jamaica, Cláudia Simões, em janeiro 2020. Alcindo Monteiro e Bruno Candé Marques têm algo em comum, ambos foram vítimas do racismo e perderam as suas vidas, até porque o “racismo mata”, segundo o BE (Bloco de Esquerda, 2022, p. 184).

De forma a combater as desigualdades e a discriminação, o BE propõe as seguintes medidas: criação de uma entidade responsável por desenvolver programas com objetivo de

analisar e combater as áreas onde há desigualdades étnico-raciais; dar formação a todas as forças policiais contra o racismo; acabar com os despejos e demolições em bairros com forte presença das minorias étnicas; acabar com as turmas e escolas segregadas, entre outros.

Ainda no grande bloco sobre “Uma sociedade justa, progressista e inclusiva”, o BE dá destaque à migração. Dedicar um ponto sobre este tema, designado de “Um novo ciclo de política para a imigração”. Declaram que “Em 2019 as pessoas migrantes residentes em Portugal contribuíram oito vezes mais que receberam para a Segurança Social” (Bloco de Esquerda, 2022, p. 189) e enunciam inúmeros problemas sofridos pelos imigrantes em Portugal, tal como o trabalho menos qualificado e mais precários a que estão expostos, ao baixo salário e serem mais propensos à pobreza e exclusão social. Para melhorar as condições dos imigrantes, o BE propõe medidas como: Criação de uma nova Lei de Imigração, dar acesso ao direito de voto a todos os indivíduos que possuem o título de autorização de residência em Portugal, maior acompanhamento a nível da saúde, formação adequada dos técnicos das entidades que estão em contacto direto com os imigrantes (pertencentes à segurança social, finanças, juntas de freguesia), entre outros.

- **Coligação Democrática Unitária (CDU)**

O programa eleitoral da CDU ou PCP conta com 16 páginas e os grandes temas estão divididos da seguinte maneira: PCP – uma força que fez avançar o País; A não aprovação do Orçamento do Estado para 2022 pela recusa do PS de responder aos problemas nacionais e a marcação de eleições pelo Presidente da República; Reforçar a CDU nas eleições, condição decisiva de um outro rumo para o País; Dez questões cruciais para a vida e o futuro do País; Para o PCP, um objetivo em primeiro lugar: soluções para o País.

Não foi encontrado no programa eleitoral deste partido nenhuma menção direta ao tema que este trabalho se propõe analisar. O partido CDU focou-se nos desafios vividos pelo partido e na luta dos trabalhadores (Partido Comunista Português, 2022).

- **Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP)**

Num documento com pouco mais de 15 páginas, o CDS-PP apresentou 15 compromissos para se votar no partido. Antes disso, menciona ser a direita certa pelas “razões de sempre”, sendo elas: Dignidade da pessoa; Família; Trabalho; Segurança; Ética judaico-cristã; Reforço da identidade nacional. Acrescentando o slogan “A Direita Certa protege, liberta e combate”. Os 15 compromissos são: Vida e dignidade; Família; Saúde; Mundo rural; Mar e

natureza; Liberdade e crescimento económico; Educação; Fiscalidade; Custos de contexto; Segurança e forças armadas; Representação parlamentar; Cultura e património; Liberdade de expressão; Qualidade da Democracia; Contra a corrupção; Descentralização.

De todos os compromissos mencionados, nenhum deles diz respeito especificamente ao tema em estudo. O partido fala dos cidadãos de forma geral, sem especificar grupos, embora no 1º compromisso tenha mencionado que pretende “combater a exclusão que ofende a dignidade humana” (CDS - Partido Popular, 2022, p. 3). Sendo a discriminação uma forma de exclusão, podemos associar ao tema ao estudo, embora não seja claro.

- **Pessoas – Animais – Natureza (PAN)**

O programa eleitoral do PAN conta com 166 páginas e é dividido nas seguintes temáticas: Natureza e Clima; Saúde; Proteção, Saúde e Bem-Estar Animal; Direitos humanos, Dignidade e Pertença; Habitação para todos num mundo mais verde e justo; Educação; Economia – Direitos Digitais, Direitos Laborais e Mais Tempo para Viver; Transparência, Justiça e Combate à Corrupção; Democracia, Participação Cidadã e Organização do Estado; Portugal e o Mundo.

Na temática “Direitos humanos, dignidade e pertença” o partido defende que “o combate à pobreza, às desigualdades e às distintas formas de discriminação tem de ser considerado, de uma vez por todas, uma prioridade no nosso país!” (Pessoas-Animais-Natureza, 2022, p. 77), tal afirmação denota a preocupação que o PAN tem sobre as questões de discriminação. Para o “fim da discriminação” o partido garante que é necessário a intervenção de todos os ministérios e instituições. Seguem-se algumas das medidas propostas:

- “Adotar uma estratégia nacional contra todas as formas de discriminação e intolerância, numa abordagem transversal, absorvendo e atualizando as estratégias e planos existentes nestas matérias, bem como valorizando uma visão comum às diferentes formas de discriminação e à sobreposição das mesmas;
- Promover uma educação não estereotipada, assente nos direitos humanos;
- Adotar currículos, manuais escolares e práticas educativas promotoras da igualdade e tolerância para com a diferença;
- Implementar formação obrigatória contra a discriminação para funcionários públicos, elementos das forças de segurança e equipas de emergência médica;
- Garantir, nos serviços públicos e empresas de gestão pública, uma política clara de não discriminação, com total participação e direitos iguais em todos os campos, nomeadamente na liderança, na garantia do emprego e na igualdade salarial, não permitindo qualquer discriminação verbal e psicológica ou qualquer forma de violência ou assédio.
- Assegurar a efetivação do Observatório da Discriminação e Xenofobia;
- Implementar uma campanha de

erradicação de xenofobia e racismo nas atividades desportivas federadas, não federadas e escolares; - Apoiar as organizações não governamentais que trabalham no combate à segregação; - Dinamizar uma campanha nacional escolar pela inclusão e anti-discriminação; - Adotar medidas que visem impedir a discriminação étnico-racial no acesso à habitação” (Pessoas-Animais-Natureza, 2022, pp. 80-81).

As medidas mencionadas acima têm como objetivo, juntamente com os Objetivos Desenvolvimento Sustentável, até 2030 a inclusão de todos os cidadãos independentemente de qualquer outra característica ou especificidade (Pessoas-Animais-Natureza, 2022).

- **Chega**

O partido Chega apresentou o seu programa eleitoral em 8 páginas. O partido começa o seu programa por enunciar “Por um novo regime democrático: Deus, Pátria, Família e Trabalho). O grande lema do Chega é “Contra os socialismos”, no qual faz menção a este lema na divisão que faz dos seus compromissos: Contra os socialismos, a família é a nossa força; Contra os socialismos, combater a esquerda pelo que é: um cadáver moral; Contra os socialismos, defender a pátria da humilhação histórica, racial e étnica; Contra os socialismos, verdade e honestidade dos governos produzem crescimento económico; Contra os socialismos, reformar a justiça manietada pelos partidos do sistema; Contra os socialismos, saúde atempada e de qualidade só vencendo os vícios do regime; Contra os socialismos, autoridade dos professores e fim da doutrinação nas escolas; Contra os socialismos, travar o perigo da substituição demográfica dos portugueses; Contra os socialismos, o civismo do respeito pelos policias é o escudo da segurança dos cidadãos; Contra os socialismos, mudar o ciclo de abandono e de incêndios do mundo rural; Contra os socialismos, melhorar pensões e reformas sem matar o futuro a crianças e jovens; Contra os socialismos, nação soberana valoriza militares e antigos combatentes; Contra os socialismos, libertar os jovens da miséria esquerdista; Contra os socialismos, Portugal justo, coeso, pacifico e próspero.

O partido faz menção às minorias no ponto 2, contra os socialismos, combater a esquerda pelo que é: um cadáver moral, quando refere que para a “renovação da orientação da moral social” é necessário a cooperação de todos, das minorias e a maioria. No ponto 3, contra os socialismos, defender a pátria da humilhação histórica, racial e étnica, o Chega menciona a expressão “instrumentalização da vitimização” (CHEGA, 2022, p. 2) para se referir às minorias étnicas, referindo que é um fenómeno que está a decorrer em Portugal. Essa menção surge no seguimento da ideia que, segundo o partido, é necessário acabar com um regime político que

viola o direito de proteger a dignidade da sua identidade nacional e da sua história, em vez disso prefere “omitir a agressividade e autoexclusão de certas minorias” (CHEGA, 2022). O Chega enuncia, também, que é necessário acabar com os subsídios dados, de forma indevida, a algumas minorias, uma vez que isso prejudica a maioria. No caso, o partido afirma que iria reivindicar a exclusão de tais apoios. Por fim, o partido faz referência ao direito à liberdade de expressão para justificar o uso da crítica social livre “independentemente da pertença racial ou étnica de quem critica ou é criticado, para que a Sociedade, na relação com o Estado, preserve a sua autonomia na regulação, integração e coesão social” (CHEGA, 2022, p. 2).

- **Iniciativa Liberal (IL)**

Com um programa eleitoral com cerca de 609 páginas, a IL começa por mencionar que “Portugal precisa de crescer” e que devido a vários fatores ficou estagnado no tempo e que “para crescer, Portugal precisa de mudar”, começando por fazer reformas estruturais. Os objetivos deste partido são: Pôr Portugal a crescer; Devolver o poder às pessoas; Combater a corrupção; Aproximar o poder das pessoas; Emagrecer o Estado. As 30 temáticas exploradas neste programa eleitoral são os seguintes: Justiça; Negócios estrangeiros; Descentralização; Contas Públicas; Transparência; Administração do Estado; Agricultura e florestas; Administração interna; Transporte e mobilidade; Modelo político e cívico; Comunicação social; Saúde; Educação; Segurança social; Assistência social; Habitação; Proteção animal; Cultura; Fiscalidade; Burocracia; Regulação; Empresas públicas; Hotelaria e restauração; Empresas; Laboral; Mercado de capitais; Política ambiental; Transição energética; Mobilidade verde; Resíduos e reciclagem (Iniciativa Liberal, 2022). Após a análise do programa eleitoral do IL não foi possível identificar nenhuma referência ao tema em estudo.

- **Livre**

O partido Livre desenvolveu um programa eleitoral de 109 páginas, dividido da seguinte forma: Desenvolvimento Ecológico e Solidário; Igualdade, Justiça Social e Liberdade; Trabalho, Rendimento, Tempo e Proteção Social; Saúde; Educação; Conhecimento, Ciência e Ensino Superior; Cultura e Arte; Habitação e Espaço Público, Coesão Territorial, Transportes e Mobilidade; Emergência Climática e Energia; Economia Circular; Agricultura e Florestas; Conservação da Natureza e Biodiversidade; Bem-estar e Direitos dos Animais; Águas, Rios e Oceanos; Justiça; Estado e Instituições; Democracia; Prevenção e Combate à Corrupção; Soberania Digital; Portugal na Europa e no Mundo (Partido Livre, 2022).

O programa começa com o título “Concretizar o Futuro – Uma sociedade justa num planeta saudável”. E é no segundo grande tema: Igualdade, Justiça Social e Liberdade que o partido faz referência à discriminação e se propõe a combatê-la. Segundo o Livre, há que salvaguardar os direitos sociais e da cidadania a todos os indivíduos e é o papel do Estado garantir que está a ser cumprido. Algumas das medidas propostas para combater a discriminação: derrotar a segregação em todas as dimensões, acabar com racismo estrutural e com a xenofobia, modificar a lei da nacionalidade e identificar a população e agir consoante as suas necessidades.

Dentro da temática “Portugal na Europa e no Mundo”, o Livre menciona a importância da migração: “Defendemos que o nosso local de nascimento não deve condicionar as nossas oportunidades e a nossa liberdade” (p. 106). Para impulsionar os fluxos migratórios, defendem a criação de uma democracia europeia; pedem o reforço do respeito pelo Estado de Direito, sem esquecer a Democracia e os Direitos Fundamentais da União Europeia; participação ativa na construção de uma democracia global; reformulação da política de imigração, de forma a acolhermos e integrarmos da melhor forma possível os imigrantes e os refugiados.

4. Análise dos debates televisivos dos candidatos às Eleições Legislativas de 2022

Neste capítulo, iremos apresentar a análise aos discursos dos candidatos às legislativas de 2022. Os debates televisivos ocorreram entre 2 e 17 de janeiro em canais generalistas (RTP1, SIC e TVI) e também em três canais por cabo (RTP3, SIC Notícias e CNN Portugal). Dos 34 debates que foram anunciados inicialmente, apenas ocorreram 30, uma vez que Jerónimo de Sousa, secretário-geral do PCP, não aceitou debater nos canais de informação por cabo. O objetivo da análise destes debates é perceber de que forma os candidatos às legislativas abordam um tema tão sensível e pertinente da sociedade portuguesa.

4.1. Debates transmitidos na RTP1

4.1.1. Debate 1: PS/Livre

O primeiro debate, no dia 2 de janeiro, entre António Costa, representante do PS, e o Rui Tavares, representante do Livre. Estes dois partidos possuem pontos em comum no seu programa eleitoral, como é o caso do combate à desigualdade, racismo e xenofobia, questões que dizem respeito às minorias étnicas. Os temas focados neste debate foram a possível coligação entre os partidos, questões salariais, IRS jovem, a governabilidade do PS, entre outros. Neste debate os representantes conseguiram dar sempre o seu ponto de vista, sem serem interpolados pelo outro.

É no momento em que abordam as causas que ambos os partidos defendem que falam do tema em estudo.

António Costa: “(...) e é um partido com quem efetivamente temos várias causas que partilhamos: uma identidade sobre o projeto europeu, uma identidade sobre a preocupação do combate às alterações climáticas, um combate pela transparência, um combate contra o racismo e a xenofobia. Sim, há várias causas que nos aproximam”.

O representante do PS, e na altura primeiro-ministro de Portugal, foi assertivo na sua declaração (ato ilocutório posto), não deixando margem para interpretações do lado dos interlocutores. A escolha lexical está de acordo com o ato ilocutório, uma vez que palavras como “identidade”, “aproximam” demonstram que António mostra tem a certeza da posição que quer tomar e que o seu partido e o de Rui Tavares partilham da preocupação com algumas causas, sendo o

racismo e a xenofobia dois exemplos. Nesse excerto conseguimos identificar o “e” que é um operador que soma argumentos. Logo no início ele é utilizado por António Costa para demonstrar a estima que ele tem pelo seu adversário.

4.1.2. Debate 2: CDS/PAN

O segundo debate, no dia 5 de janeiro, foi entre o Francisco dos Santos, representante do CDS, e a Inês de Sousa Real, representante do PAN. O debate foi focado no programa eleitoral do PAN e as convicções, sobretudo no que diz respeito à sua defesa pelos animais, a luta contra as touradas e o foco na agricultura.

4.1.3. Debate 3: CDS/IL

O terceiro debate, no dia 5 de janeiro, entre o Francisco dos Santos, representante do CDS, e o João Cotrim de Figueiredo, representante do IL. O debate entre estes dois representantes foi centrado na nacionalização/privatização das empresas, a igualdade social e apoio aos mais desfavorecidos.

4.1.4. Debate 4: PS/Chega

O quarto debate, no dia 6 de janeiro, juntou o representante do PS, António Costa, e o representante do Chega, André Ventura. O debate foi centrado na forma como o Governo lidou com a pandemia da Covid-19, a gestão da questão da vacinação contra o vírus, na proposta da taxa de IRS única feita pelo Chega e a corrupção.

4.1.5. Debate 5: PSD/Chega

O quinto debate foi entre o Rui Rio, representante do PSD e Rui Tavares, representante do Livre, no dia 8 de janeiro. Debate foi centrado no corte dos impostos, na questão salarial (aumento do salário mínimo) e no apoio que é dado no fundo de desemprego (caminhar para um estado social mais flexível).

4.1.6. Debate 6: Chega/IL

O sexto debate, ocorreu no dia 8 de janeiro, entre o André Ventura, representante do Chega, e o João Cotrim de Figueiredo, representante da IL. Foi apenas no 6º debate que

candidatos às eleições legislativas debateram sobre as minorias étnicas. Para além de em algum ponto ou pontos falarem sobre as minorias, debateram sobre a possibilidade de existir uma coligação entre os dois partidos, a liberalização das drogas, o ensino superior, corrupção, pensões e subsídios. Seguem-se as transcrições:

Em relação ao tema segurança social, pensões e subsídios, o moderador fez a seguinte questão: “O Chega pretende aumentar pensões e reduzir subsídios”.

André Ventura: “Valor de RSI (Rendimento social de inserção) muito elevado”.

“Indivíduos que recebem RSI a andarem de Porsche”.

João Cotrim de Figueiredo mostra um gráfico e aponta os gastos que o Estado tem com a TAP, com o RSI e com o RSI pago aos ciganos.

André Ventura reforça: “não é só à etnia cigana”.

João Cotrim de Figueiredo: “Precisávamos de pagar 220 anos de apoios às pessoas de etnia cigana para gastar o mesmo dinheiro que gastamos com a TAP”.

Os candidatos falaram sobre uma minoria étnica, a cigana, quando surgiu o assunto sobre os apoios prestados pela segurança social. Foi a pergunta feita pelo moderador que levou a que surgisse essa interação entre os candidatos sobre este tema. Na primeira intervenção o representante do Chega, André Ventura, não foi direto em enunciar a quem é que se queira referir. A sua escolha lexical ao usar a palavra “indivíduos” fez com que deixasse a interpretação do lado do interlocutor, deixando assim de ser assertivo e estando mais direcionado ao ato ilocutório do pressuposto e não do posto. Porém, ao anunciar de seguida “a etnia cigana” usa a sua assertividade para se referir a esta minoria étnica, não deixando dessa forma qualquer tipo de dúvidas a quem se queria referir anteriormente. Ao dizer “não é só”, utiliza um operador de argumentativo da negação e volta a trazer dúvida e deixa a interpretação do lado do interlocutor. Ou seja, segundo o André Ventura, para além dos ciganos há mais indivíduos a recebem do Rendimento de Inserção Social. O deputado João Cotrim de Figueiredo refuta o ponto de vista do seu adversário ao dizer que “Precisávamos de pagar 220 anos de apoios às pessoas de etnia cigana para gastar o mesmo dinheiro que gastamos com a TAP”, as escolhas lexicais e a assertividade (posto) usadas deixam as responsabilidades do lado do deputado, na medida em

que ele é claro quando faz uma comparação entre o investimento que é feito aos indivíduos de etnia cigana e o investimento que está a ser feito à TAP. João Cotrim de Figueiredo durante o debate deixou claro a sua vontade de estabelecer uma nova lei de reforma à segurança social.

4.1.7. Debate 7: BE/PAN

O sétimo debate ocorreu no dia 10 de janeiro e foi entre a Catarina Martins e a Inês de Sousa Real, a primeira representante do BE e a segunda do PAN. O debate foi focado em questões relacionadas com o Sistema Nacional de Saúde (SNS), problemas ambientais, impostos (IRS e IRC) e o ordenamento do território.

4.1.8. Debate 8: PS/BE

O oitavo debate foi entre António Costa, representante do PS e a representante do BE, Catarina Martins, no dia 11 de janeiro. O início do debate teve como foco a, na altura, atual governação de António Costa, a forma como Governo lidou com a pandemia da Covid-19, a forma como o SNS lidou com a pandemia mundial da Covid-19 e a sustentabilidade das pensões.

4.1.9. Debate 9: BE/CDS

O nono debate, ocorreu no dia 15 de janeiro, e foi entre a representante do BE e do CDS, Catarina Martins e Francisco dos Santos. O debate foi focado na privatização das empresas de energia, desprivatização, corrupção, a questão dos vistos Gold e a atribuição da nacionalidade portuguesa. Os candidatos falaram da questão sobre os vistos Gold, também conhecido por Autorização de Residência para Atividade de Investimento. Ou seja, são vistos dados a indivíduos que não pertencem à União Europeia e nem ao Espaço Schengen:

Catarina Martins: “Quando o CDS defende os vistos Gold e persegue os imigrantes e condena a ideia de que quem tem filhos em Portugal, os seus filhos teriam a nacionalidade. O que...”.

Francisco dos Santos: “Não é uma questão dos imigrantes”.

Catarina Martins: “O que está a dizer é que quem é rico pode entrar, quem vem para aqui trabalhar deve ser perseguido. E isso é profundamente errado, e isso sim, atenta contra os direitos humanos e contra o desenvolvimento do país”.

As declarações surgiram em detrimento do problema dos vistos Gold (milionários que vêm para Portugal e injetam dinheiro, dessa forma conseguem a nacionalidade portuguesa). O CDS e BE divergem neste ponto. A representante do BE, Catarina Martins, através da sua assertividade ao usar a palavra “defende” não deixa dúvidas que partilha da opinião que CDS é a favor dos vistos Gold. Segundo ela, o CDS “defende” os vistos Gold por ser dado a cidadãos ricos, enquanto os pobres podem ser perseguidos. As escolhas lexicais da candidata são precisas e não deixam rasto de dúvidas. O segundo ponto da primeira afirmação, Catarina Martins refere ainda que o CDS “persegue” os imigrantes e “condena” o facto de ser dar a nacionalidade ao filho dos imigrantes, fazendo uso do operador que soma argumentos “e” para dar força à sua posição durante o seu discurso. Mais uma vez, a escolha de palavras fortes e diretas não induzem a segundas interpretações. A deputada, no final do seu discurso, menciona “e isso sim” para acrescentar um argumento e para introduzir uma conclusão relativamente ao que foi proferido anteriormente. O candidato do CDS, Francisco dos Santos, usa um operador argumentativo de negação “não”, não para negar as afirmações ditas pela adversária, mas para dizer que os vistos Gold e a questão na nacionalidade não são sobre os imigrantes. Porém, deixa a conclusão para os interlocutores, ato ilocutório pressuposto, para que eles identifiquem a quem é que o deputado se refere quando fala da questão da nacionalidade. Após estas declarações os deputados debateram sobre a privatização da TAP.

4.1.10. Debate 10: PSD/PAN

Rui Rio (PSD) e Inês de Sousa Real (PAN), a 15 de janeiro de 2022 debateram sobre a possibilidade de coligação entre os dois partidos, diferenças e semelhanças entre as propostas de cada partido, problemas florestais e impostos.

4.1.11. Debate 11: Com representantes dos partidos candidatos

Este debate final ocorreu a 17 de janeiro e apresentou todos os cabeça de lista pelos partidos candidatos a lugares na Assembleia da República portuguesa. O candidato da CDU Jerónimo de Sousa esteve ausente e foi substituído pelo número dois da sua lista.

Os temas abordados foram a governabilidade, apoios sociais, políticas sociais, segurança, justiça, saúde (SNS), educação, corrupção, questões salariais e trabalhistas.

4.2. Debates transmitidos na SIC e SIC Notícias

4.2.1. Debate 1: BE/Chega

O primeiro debate neste canal de televisão ocorreu a 2 de janeiro de 2022. Os principais intervenientes foram Catarina Martins, do BE, e André Ventura, do Chega. Os principais temas do debate foram a corrupção e os vistos Gold.

As declarações que se seguem vieram no seguimento do tema vistos Gold e sobre o RSI:

Catarina Martins: “(...) porque nós ouvimos a extrema-direita a atacar refugiados e imigrantes que o nosso país precisa tanto. Que aliás apoia tanto o nosso partido... o nosso país”.

André Ventura: “O nosso partido, agora é que está a dizer a verdade... o nosso partido. Os imigrantes servem para isso”.

Catarina Martins: “(...) os imigrantes deram à nossa segurança social 800 milhões de euros. Ajudam a pagar as pensões e quando falamos de imigrantes, quando falamos de uma mãe que foge da guerra com os seus filhos aí a extrema-direita não gosta, mas quando falamos de milionários que não sabemos da onde vem o dinheiro e que entram com um visto gold a extrema-direita já gosta”.

André Ventura: “Há pensionistas em Portugal: bombeiros, polícias que recebem pensões de 200 euros, de 290 euros, de 300 euros e o Bloco de Esquerda sabe o que propõe?! Propõe criar uma linha de financiamento para as organizações dos refugiados e dos imigrantes. Que bonito. Temos cá no território nacional pessoas que trabalharam a vida toda e recebem 200 euros, mas querem dar 700 euros, casa e trabalho a quem aparece do Mediterrâneo com um telemóvel na mão. Isto é o Bloco de Esquerda (...), querem dar tudo a quem não tem nada, querem dar nada a quem tem alguma coisa e querem tirar tudo aos outros para continuarem a alimentar as vossas clientelas (...)”.

- “É ou não verdade que o Bloco de Esquerda quer aumentar o RSI e quer criar uma linha para financiar organizações de refugiados e de imigrantes, porque os portugueses têm que saber isto,

que vão ter uma eventual 3ª, ou 4ª, ou 5ª força que ao invés de aumentar pensões, que ao invés de querer salvar pensões, quer dar dinheiro a refugiados e imigrantes”.

Catarina Martins, representante do BE, começa com um operador argumentativo de explicação “porque” para explicar o porquê de não fazer sentido os imigrantes refugiados e os imigrantes serem atacados pois eles contribuem com valores significativos para a Segurança Social. Posteriormente, utiliza um operador argumentativo para introduzir uma conclusão, o “aliás”, a de que o Portugal precisa dos refugiados e dos imigrantes, e que eles apoiam o seu partido. Os operadores de negação “não” e de soma de argumentos “e” são utilizados pela mesma para dar força ao seu ponto de vista, ao afirmar que o representante do Chega não gosta dos trabalhadores de bem, mas sim dos milionários que entram no nosso país e recebem um visto Gold. O operador de argumento contrário de excelência, “mas”, segundo Ducrot (1989), usado por Catarina Martins pretende demonstrar os extremos defendidos pelo seu adversário. Logo após a intervenção da candidata, André Ventura usou a ironia ao dar ênfase ao erro da sua adversária, que ao invés de dizer “país” disse “partido”, porém rapidamente corrigiu o erro. Na sua segunda intervenção, como forma de se justificar, o candidato usou operadores de negação “não”, operadores que indicam um argumento contrário “mas” e a de soma de argumentos “e”. No seu ponto de vista, o CDS quer apoiar os indivíduos errados. Durante o discurso do candidato do Chega é possível verificar que ele deixa a interpretação do lado do interlocutor, não sendo assertivo nas palavras, como é o caso da seguinte frase “Isto é o Bloco de Esquerda (...), querem dar tudo a quem não tem nada, querem dar nada a quem tem alguma coisa e querem tirar tudo aos outros para continuarem a alimentar as vossas clientelas (...)”.

As declarações seguintes são em relação à condenação do André Ventura:

Catarina Martins: “André Ventura é um condenado com trânsito em julgado por racismo. É aliás, a 1ª vez que temos alguém a candidatar às eleições dos 40 anos de Democracia nesta situação. Eu sei que se orgulha da condenação do supremo tribunal que diz que as suas declarações são racistas. Mas o racismo, a política...”.

André Ventura: “É mentira”.

Catarina Martins: “... de humilhar as pessoas é profundamente errada e eu levantar-me-ei contra essa política todos os dias e este país que se choca com a Odemira que faz do racismo negócio e violência todos os dias, sabe que precisa da força do Bloco de Esquerda. Esse voto

que conta com o Bloco de Esquerda para termos um país decente, uma política decente que é o oposto da política da mentira e do ódio que a extrema-direita representa e que o Bloco de Esquerda vai derrotar”.

André Ventura: “(...) Eu não fui condenado por racismo. (...) Eu fui condenado por ofensas a uma família. Não tem nada a ver com racismo. Quer uma novidade minha, nunca fui condenado em nenhum processo-crime e isso deixa-me um orgulho enorme poder continuar a lutar pelos portugueses de bem e por bandidos que os senhores defendem no vosso partido há não sei quantos anos”.

O ato ilocutório utilizado por Catarina Martins é o posto, uma vez que a candidata às legislativas não deixa as interpretações para os interlocutores. Ela é assertiva. Os operadores escolhidos e, sobretudo, a escolha lexical faz com que não restem dúvidas no que se pretende que seja dito. As palavras “condenado”, “julgado” e “racismo” têm um cunho negativo. O operador que introduz uma conclusão empregue logo a seguir “aliás”, seguido de “a 1ª vez que temos alguém a candidatar às eleições dos 40 anos de Democracia nesta situação”, vem trazer força à negatividade associada ao candidato adversário, André Ventura, que nega tal afirmação. Catarina Martins, profere ainda as palavras “ódio” para se referir ao Chega. André Ventura refuta com os operadores de negação “não” e “nunca” para deixar claro que não foi condenado por racismo e nem por nenhum outro crime. Mais uma vez, é pouco assertivo, segue o ato ilocutório do pressuposto ao deixar as interpretações para o interlocutor, como é possível comprovar com a seguinte frase: “(...) e isso deixa-me um orgulho enorme poder continuar a lutar pelos portugueses de bem e por bandidos que os senhores defendem no vosso partido há não sei quantos anos”. Quem são os portugueses de bem? E os bandidos? O candidato não refere.

4.2.2. Debate 2: PSD/Chega

A 3 de janeiro de 2022 foi a vez de Rui Rio, do PSD, e André Ventura, do Chega, debaterem as suas ideias e ideais. Os temas do debate foram os subsídios, ou ideologias do Chega.

“O Chega tem de se moderar”. - Foi o que o André Ventura disse em relação a uma declaração do Rui Rio, no contexto dos partidos colidirem.

André Ventura: “É por entendermos que a comunidade cigana tem que cumprir o Estado de direito como todos nós temos que cumprir”. (em relação às ideologias do Chega)

- “Nós temos que ter imigração sim, mas controlada”. (Em relação ao RSI e a falta de mão de obra para os empresários – algo que eles reclamam).

Neste debate o representante do Chega, André Ventura, assumiu uma atitude assertiva (ato ilocutório posto) e escolheu mencionar a quem se referia. Referiu que a minoria étnica, cigana, não cumpre o Estado de direito com os restantes cidadãos, para isso utiliza o operador argumentativo que estabelece relações de comparação “como”. Utiliza um operador argumentativo que introduz um argumento contrário, “mas” para mencionar que concorda em termos imigrantes no país, porém tem de ser de forma controlada. A sua real intenção está presente na segunda parte da frase.

4.2.3. Debate 3: BE/Livre

O terceiro debate nestes canais de televisão teve lugar a 4 de janeiro de 2022. Foram participantes Catarina Martins, do BE, e Rui Tavares, do partido Livre. Debateram sobre Serviço Nacional de Saúde (SNS), a visão europeísta de cada um dos partidos, direitos dos trabalhadores e acordos de governação.

A introdução aos discursos que se segue diz respeito à relação ambivalente e ambígua com a UE:

Catarina Martins: “(...) Não imagino outro mundo que não seja o mundo que é também a Europa. Outra coisa é nós subscrevemos uma União Europeia que paga a Erdogan para manter os imigrantes e os refugiados do outro lado. Uma União Europeia do arame farpado”.

Rui Tavares: “Catarina refere-se a um tratado ou um acordo sobre refugiados entre a União Europeia e Erdogan? É que sabe que esse acordo não existe. Existe um acordo entre os estados-membros da União Europeia, incluindo Portugal, de que cada estado-membro pode sair isoladamente e Erdogan”.

- “A partilha de soberania e uma política europeia para refugiados e imigrantes é daquilo que nós precisamos, é aquilo que nós não temos”.

Este debate contou com o uso recorrente do operador de negação “não”, seja para afirmar um ponto de vista como para negar uma posição. A representante do BE, Catarina Martins, usou o operador no início do seu discurso para reforçar a importância da Europa e da União Europeia. Porém, não deixa de mencionar que não concorda com algumas decisões tomadas pela União Europeia. Rui Tavares, representante do Livre, usa o operador de negação “não” para refutar o que foi dito pela adversária e utiliza o “ou”, operador argumentativo com o objetivo de introduzir um argumento alternativo e clarificar ao quê que a sua adversária se referia, se “a um tratado ou um acordo sobre refugiados entre a União Europeia e Erdogan”. Ambos os representantes usam a assertividade para demonstrar o seu ponto de vista (posto).

4.2.4. Debate 4: BE/PSD

O quarto debate na Sic/Sic Notícias teve lugar no dia 5 de janeiro de 2022. Catarina Martins, cabeça de lista pelo BE, e Rui Rio, cabeça de lista pelo PSD, debateram temas como a prisão perpétua, impostos, salários, direitos dos trabalhadores, SNS e sustentabilidade da Segurança Social.

4.2.5. Debate 5: BE/IL

O quinto debate teve lugar a 6 de janeiro de 2022 e contou com as participações de Catarina Martins do BE e João Cotrim de Figueiredo do IL. Os temas debatidos foram os impostos, legislação laboral, saúde e educação.

4.2.6. Debate 6: PAN/IL

O sexto debate teve lugar entre Inês de Sousa Real representante do PAN e João Cotrim de Figueiredo, representante do IL a 7 de janeiro de 2022. Debateram diferenças nas respetivas propostas dos seus partidos, a iniciativa privada e o SNS.

4.2.7. Debate 7: PS/PAN

O sétimo debate a ter lugar na SIC/SIC Notícias teve lugar no dia 8 de janeiro entre António Costa, cabeça de lista pelo PS, e Inês de Sousa Real, cabeça de lista pelo PAN. Os temas debatidos foram uma hipotética formação de governo com estes dois partidos, justiça, recursos ambientais e questões sobre o novo aeroporto.

4.2.8. Debate 8: Livre/PAN

O oitavo debate teve lugar a 9 de janeiro de 2022 e contou com as participações de Rui Tavares, cabeça de lista pelo Livre, e Inês de Sousa Real, pelo PAN. Os temas debatidos foram questões ambientais e ordenamento do território, agricultura, pecuária, apoios, salários e precariedade laboral.

4.2.9. Debate 9: PS/CDS

Este debate teve lugar a 9 de janeiro e contou com as participações de António Costa, como representante do PS, e Francisco dos Santos, como representante do CDS. O grande foco do debate foi o SNS, educação, questão de género e carga fiscal foram outros temas abordados.

4.2.10. Debate 10: PSD/IL

O décimo debate deste meio de comunicação teve lugar a 10 de janeiro e contou com as presenças de Rui Rio, pelo PSD, e João Cotrim de Figueiredo, pelo IL. Os temas abordados foram as propostas dos dois partidos, salários, impostos, privatizações e educação.

4.2.11. Debate 11: CDU/PSD

O décimo primeiro debate teve a participação de João Oliveira, segundo cabeça de lista pela CDU, e Rui Rio, do PSD. Teve lugar a 12 de janeiro. Os temas debatidos foram salários, condições dos trabalhadores, apoio às empresas e questões económicas.

4.2.12. Debate 12: PSD/IL

Rui Rio, como representante do PSD, e João Cotrim de Figueiredo, representante do IL, foram os atores do décimo segundo debate transmitido na SIC/SIC Notícias que teve lugar a 10 de janeiro de 2022. Os temas tratados foram o crescimento económico, a emergência climática, questões salariais, condições dos serviços públicos, educação ao nível do ensino superior e crédito à habitação.

4.2.13. Debate 13: PAN/Chega

O décimo terceiro debate teve lugar a 14 de janeiro de 2022 e teve como principais protagonistas Inês de Sousa Real, cabeça de lista pelo PAN, e André Ventura, cabeça de lista pelo Chega. Os temas abordados foram uma hipotética coligação entre partidos, questões energéticas, alterações climáticas, o mundo rural com caça e pesca desportiva como temas principais desse ponto de discussão.

Já no fim do debate, os candidatos debateram sobre os ideais no PAN, posto em causa por André Ventura:

André Ventura: “(...) mesmo no tópico dos animais, Inês, eu fiquei muito muito desiludido com o PAN quando afastaram até uma deputada vossa por dizer a verdade. A Inês sabe muito bem o quê que acontece com os cavalos no Alentejo e Ribatejo. O tratamento desumano a que são vetados, a forma como ficam e por uma deputada do PAN se ter referido à etnia cigana que trata mal os cavalos foi afastada pelo PAN”.

“Tá aqui, desculpe, ‘ta aqui (lê notícia do jornal). Deputada do PAN foi afastada após ser acusada de xenofobia por falar da forma como os ciganos tratam os cavalos. Todos sabemos como é que os ciganos tratam os cavalos, na sua grande maioria. E nem o PAN teve coragem de defender os animais”.

Moderadora: “Não faça generalizações André Ventura”.

Inês de Sousa Real: “(...) Nós somos a favor de uma sociedade inclusiva, de respeito, não somos nem xenófobos, nem misóginos, nem sequer extre...”.

André Ventura: “Nem nós”.

Inês de Sousa Real: “... desculpe. “Deus, pátria e família” é a posição que o Chega tem em relação às mulheres (...)”

“(...) respeitamos de forma inclusiva todas as comunidades e multiculturalidade com respeito pelos vários valores. Repudiamos profundamente os maus-tratos a animais seja de que comunidade for incluindo e aquilo que não diz, do homem branco que vai para a praça de touros torturar um animal e ainda quer elevar isso a cultura”.

O representante do Chega, André Ventura, quando decide questionar uma decisão tomada pelo PAN decide usar a palavra “muito” (escolha lexical) duas vezes para dar ênfase ao que ia dizer a seguir. Usou o adjetivo “desiludido” para mostrar o seu desagrado e o operador argumentativo “até” para dar ênfase ao argumento apresentado. O candidato é assertivo (posto) para referir que os ciganos, minoria étnica, trata mal os cavalos. Essas declarações vieram acompanhadas de provas, uma vez que logo de seguida André Ventura apresenta o jornal com tem a notícia sobre o afastamento do PAN. De seguida, o termo com conotação negativa “xenofobia” é empregue para justificar a expulsão da deputada do partido adversário. O operador que indica negação “nem” quis transmitir a ideia de que o PAN preferiu apoiar uma minoria étnica que faz mal aos cavalos, do que proteger os próprios animais. A moderadora do debate, Rosa de Oliveira Pinto, sentiu a necessidade de intervir e usar um operador de negação, “não”, pedindo que André Ventura não generalizasse no que diz respeito à minoria étnica em questão. O candidato falou da comunidade cigana como um todo partindo de atos que alguns elementos da comunidade cometeram. A representante do PAN teve a oportunidade de impor as suas ideias e de forma assertiva, afastando dos ideais do PAN qualquer termo negativo através do operador de negação “não”, tais como xenofobia e misoginia. André Ventura afirma ter os mesmos ideais que o partido adversário, quando usa o “nem nós” (nem - operador que indica a negação). Inês de Sousa Real menciona o lema do Estado Novo “Deus, pátria e família” para mostrar quais são os princípios e os ideais do Chega. Esta referência quase que não precisa de complementos e é uma referência conhecida pela população portuguesa, uma vez que fez parte da história do país. Por fim, a candidata faz referência às touradas, ao “homem branco” e usa um operador argumentativo de negação “não” para referir que os supostos maus-tratos aos cavalos só é mal visto pelo André Ventura por envolver uma minoria étnica, a cigana.

4.3. Debates transmitidos na TVI e CNN

4.3.1. Debate 1: CDU/PS

O primeiro debate a ocorrer nestes dois canais televisivos teve como principais protagonistas a Jerónimo de Sousa, pelo CDU, e o António Costa, pelo PS. Teve lugar a 4 de janeiro. Os principais temas abordados foram o chumbo do Orçamento de Estado para 2022, a crise sanitária, salários, saúde, educação e pandemia COVID-19.

4.3.2. Debate 2: Livre/Chega

O segundo debate teve lugar a 5 de janeiro de 2022 e teve Rui Tavares, pelo Livre, e André Ventura, pelo Chega, como principais protagonistas. Os temas debatidos foram: educação, apoios (subsídios), entre outros.

João Póvoa Marinheiro, moderador deste debate, abre a sessão com uma questão sobre os ideias do partido Chega:

Moderador: “O Chega apresenta-se nestas legislativas sob o lema por um novo regime democrático “Deus, pátria, família e trabalho”. Como é que tenciona convencer os portugueses da democraticidade do seu partido quando recupera uma máxima do Estado Novo?”.

André Ventura: “Bom, antes de mais, não sou eu que tenho de convencer os portugueses, as sondagens são claras. Nós estamos nos 10% dos votos, isso significa, eu acho, que não há 10% de fascistas, nem de racistas em Portugal. E, portanto, eu acho que já ultrapassamos essa questão (...)”.

André Ventura, representante do Chega, responde à questão do moderador utilizando 3 operadores que indicam a negação (duas vezes o “não” e uma vez o “nem”). O uso da negação serviu para afirmar que o candidato não sentia a necessidade de convencer os portugueses dos seus ideais. Segundo ele “não há 10% de fascistas, nem de racistas em Portugal” (dados retirados da sondagem feita), logo de seguida o operador que introduz a conclusão, “portanto”, pretende dar ênfase à afirmação feita anteriormente e concluir o tópico.

André Ventura: “Olhe, eu preferia ter um programa de 9 páginas Rui, do que ter um programa que quer devolver a arte às colónias. Eu preferia, sabe. Porque o seu programa volta a trazer um debate de feridas à sociedade portuguesa, de humilhar ex-combatentes, de humilhar milhares de pessoas que hoje vivem na sociedade portuguesa e as pessoas não sabem isso. O programa de Rui Tavares é isto: mais impostos e ele não vai negar, ele não sei se de economia percebe muito, mas não vai negar que quer duas novas taxas para os portugueses, subsídios para tudo e mais alguma coisa, para quem trabalha e para quem não trabalha, e mais importante, quer devolver a arte às colónias. O Rui Tavares acredita que nós temos de indemnizar, que pagar, que devolver arte às nossas colónias e eu pergunto...”.

Moderador: “André Ventura o programa do Chega pede uma reflexão sobre o passado colonial português, juntamente também com a construção de uma memória histórica europeia”.

André Ventura: “Deixe-me só dizer isto João. E as colónias não têm que nos devolver nada a nós? É que já que quer abrir essa ferida podia ao menos ser sério nisso”.

No seguimento do debate, o representante do Chega começa por criticar as propostas do Livre. É assertivo ao fazê-lo (ato ilocutório posto). Menciona que o partido adversário quer abrir a “ferida” da época colonial, no qual pretende apoiar os colonos do que os portugueses. A escolha lexical feita: “humilhar”, “ex-combatentes”, “colónias”, não deixa dúvidas do ponto de vista em causa. Tal como os operadores argumentativos utilizados, o “porque” (operador que introduz uma explicação), o “e” (operador que introduz que soma argumentos), o “não” (operador que indica negação) e o “se” (operador que introduz uma condicionalidade).

O candidato continua a debruçar-se sobre as propostas apresentadas pelo Livre e questiona sobre a livre circulação em toda a Europa e no mundo (proposta do Livre):

André Ventura: “(...) deixava de haver restrições. As pessoas entram por onde quiserem, venham do Afeganistão, da Síria. O Rui Tavares mete-os na casa dele, já agora, podia acolhê-los também ao invés de mandar os portugueses só acolhê-los, podia acolhê-los na sua casa e na sede do seu partido porque era mais bonito e era mais honesto”.

Rui Tavares: “E já agora, sobre o passaporte internacional humanitário é uma das formas de responder a uma situação dramática que nós temos no Mediterrâneo. Vou lhe dizer, talvez não saiba quem é que entrou em Portugal com o passaporte internacional humanitário, um senhor chamado Calouste Gulbenkian e até hoje estamos bastante gratos por isso”.

O candidato do Chega faz referência a dois países, considerados pobres e em desenvolvimento, para se referir aos imigrantes que terão a possibilidade de entrar em Portugal se for aprovada a livre circulação em toda a Europa, como propõe o Livre. André Ventura deixou as interpretações do lado do interlocutor (ato ilocutório pressuposto), ao não referir que não quer os imigrantes cá, mas ao dizer para que o candidato adversário os receba (os imigrantes) na sua casa ou na sede do seu partido, ao introduzir argumentos fez uso do operador “e”. Rui Tavares refuta o ponto de vista do adversário, faz uso do operador “e” para apresentar vários argumentos sobre a posição que defende e faz referência a Calouste Gulbenkian, um engenheiro do petróleo, empresário arménio e mecenas. Refugiou-se em Portugal, contribuiu e muito para a cultura em Portugal e hoje há uma fundação com o seu nome. Isto, para mostrar que os imigrantes também podem vir para Portugal para fazer o bem.

André Ventura: “(...) é importante para nós podermos fazer reformas para que não aconteça isto que está aqui (segura uma notícia) que eu gostava de mostrar. O Livre quer que todos os portugueses nascidos em Portugal se tornem portugueses automaticamente. Uma mãe napolesa vem de comboio para Portugal, enganou-se, queria ir para Espanha passou em Portugal, o filho dela nasceu aqui. Para o Rui Tavares já é portuguesa. É o que este senhor quer trazer para Portugal, portanto a direita tem que saber o que é isto. É mais impostos, é nacionalidade para toda a gente que aqui venha. Repare, para quem nascer aqui óh João, não é para quem trabalhar aqui, não é para quem esteja cá há 2 anos ou 6, é muito clarinho, quem nascer em Portugal é nacional português. É o ridículo de um projeto que não tem de todo pernas para andar”.

“E a deputada que elegeu, que depois afastaram por razões... e que foi usada verdadeiramente para eleger uma deputada que o Rui nunca conseguiu ser eleito, foi só com a Joacine que finalmente foram eleitos, afastaram-na e para o Parlamento foi o que foi. Foi racismo, racismo, racismo e ataque às forças policiais”.

Nas fases finais do debate, o representante do Chega fala sobre a questão da atribuição da nacionalidade. Para isso, faz referência ao jornal para ajudar a corroborar com as suas afirmações. Menciona que o Livre defende a nacionalização para todos os indivíduos que nascem em Portugal. O candidato faz referência a uma “mãe napolesa”, mais uma vez refere um país com poucas condições. Usa o operador de negação “não”, o operador que soma argumentos “e”, e o que introduz uma conclusão, “portanto”, para dar ênfase que a nacionalidade não é atribuída a “quem esteja cá há 2 anos ou 6”, mas sim a todos que nasçam em Portugal. De seguida, como forma de menosprezar o Livre, André Ventura declara que o Livre só teve uma representante no Parlamento, a Joacine Katar Moreira e usa o operador de negação “nunca” para dar ênfase ao facto do seu adversário não ter conseguido ser eleito.

Joacine Katar Moreira é ativista, historiadora e ex-deputada do Livre. A afrodescendente viu-se envolvida em várias polémicas durante o tempo que esteve no Parlamento, muitas delas devido à sua luta contra o racismo e preconceito. Entrou em conflito, muitas vezes, com André Ventura, uma vez que partilham ideais bem antagónicos.

O debate acabou sem que o representante do Livre pudesse dar o seu parecer sobre as últimas declarações do seu adversário.

4.3.3. Debate 3: PSD/CDS

O terceiro debate teve lugar entre Rui Rio, cabeça de lista do PSD, e Francisco dos Santos, cabeça de lista do CDS. Debateram as diferenças entre os dois partidos, questões fiscais, a eutanásia e a educação.

4.3.4. Debate 4: Livre/CDS

O quarto debate teve lugar a 10 de janeiro de 2022 e foi um confronto entre Rui Tavares, representante do Livre, e Francisco dos Santos, do CDS. Debateram temas como a educação, questões salariais, inflação, apoios (subsídios) e habitação.

A análise que se segue será feita com a introdução ao programa do Livre que é muito focado na educação:

Francisco dos Santos: “(...) É olhar para o programa que você apresenta sobre a educação que eu estou a olhar para si e olhei para o programa e estava a ver a Joacine Katar Moreira à minha frente. Óh Rui, o facto do Rui ser historiador não lhe dá o direito de rescrever um passado histórico, de explicar como é que a história deve ser ensinada, nomeadamente o período dos descobrimentos. É um joacínismo que continua no Livre pese embora a Joacine tenha saído do Livre, o Livre não sai da Joacine”.

Moderador: “É por favor de uma discussão crítica...”.

Francisco dos Santos: “Eu vou perguntar ao Rui se qual é o passo seguinte: é destruímos monumentos, vamos condenar padeira de Aljubarrota por ter agredido os espanhóis, vamos condenar o Infante D. Henrique por não ter pago horas extraordinárias aos descobridores? Enfim, vamos olhar para a história com bom senso, mas vamos contar aquilo que aconteceu. Não nos vamos arrepender com ela, porque enfim, eu acho que a nossa história nos deve orgulhar a todos enquanto patriotas”.

Rui Tavares: “Eu tenho orgulho de ter escrito a cerca da história do meu país. Tenho orgulho de ter dado aulas a filhos e netos de imigrantes portugueses nos Estados Unidos da história do meu país, como tenho orgulho, daqui perto, na Cova da Moura ter dado aulas de português”.

O representante do CDS faz, logo de início, à ex-deputada do Livre, Joacine Katar Moreira ao mencionar “É um joacínismo que continua no Livre pese embora a Joacine tenha

saído do Livre, o Livre não sai da Joacine”. Estas declarações surgem como crítica, uma vez que a ex-deputada defendia que era preciso olha de novo para a história de Portugal e das antigas colónias. Segundo ela, a história que é contada nas escolas não corresponde à verdade. Francisco dos Santos usa o operador de negação, não, para referir que embora o candidato adversário seja historiador, isso não lhe dá o dinheiro de apagar/rescrever um passado histórico. Rui Tavares, deixa as interpretações para os interlocutores (ato ilocutório pressuposto) ao não refutar as declarações do representante do CDS.

4.3.5. Debate 5: CDS/Chega

Francisco dos Santos, cabeça de lista pelo CDS nestas eleições, e André Ventura, cabeça de lista pelo Chega, debateram a 12 de janeiro temas como a educação, os refugiados, subsídios e corrupção.

O moderador, João Póvoa Marinheiro, no seguimento do tema “apoios” começa o debate por mencionar um termo que é utilizado pelo representante do Chega:

Moderador: “Quem é que entra na sua definição de parasitismo social?”

André Ventura: “Eu recordo-me que fui candidato em Loures por outro partido, pelo PSD, e o CDS rompeu a coligação com o PSD por eu ter dito que a comunidade cigana maioritariamente vivia de subsídios”.

Moderador: “Em Portugal se eliminarmos os apoios sociais mais de 40% da população vive na pobreza, o quê que propõe concretamente para ajudar estas pessoas e reverter essa realidade do país?”.

André Ventura: “É importante que o CDS não tenha medo das palavras e que se há uma parte da comunidade cigana que vive assim, o CDS não devia ter medo de o dizer, e teve medo, tanto que cortou o apoio à minha candidatura”.

André Ventura para responder à questão feita fala dos ciganos, minoria étnica. O que não deixa dúvida de que para ele os parasitas sociais são os integrantes desta minoria étnica. Segundo o candidato, o CDS tem medo de usar as palavras e mencionar que “a comunidade cigana maioritariamente vivia de subsídios”. Algo que ele comprovou quando foi candidato em Loures por outro partido.

O candidato adversário não deu resposta a estas declarações e introduziu outro tema, as diferenças dos dois partidos, ambos de direita:

Francisco dos Santos: “Você é o líder da direita do “deus, pátria e família”, manda os outros para a sua terra, mas manda a sua terra para os outros. Depois digo outra coisa, nós somos uma direita que não aceita nem segregações étnicas, somos uma direita que não é racista, somos uma direita que não aceita penas de morte, somos uma direita que não transige nos valores da doutrina social da igreja respeitante à vida (nem o aborto, nem a eutanásia, nem tão pouco em castigos físicos) e somos uma direita, quero-lhe dizer, que não é uma Joacine ao contrário como o André Ventura, que quer colocar os portugueses contra os portugueses. E por outro lado, eu sou o líder da direita de todos os portugueses, independentemente da condição social, independentemente da etnia, independentemente da raça. E é isso exatamente que nos distingue”.

“Qual é que é a ideia da direita de André Ventura? É a ideia de mandatário nacional que convidou para gizir também o seu programa, Pedro Arroja. Pedro Arroja defende coisas misóginas, xenófobas e racistas. Como por exemplo, dizer que uma mulher não é capaz de gerir a sua vida, que precisa de um homem. Que os negros não são capazes de construir família porque gostam muito de sexo. É alguém que quis abolir a censura sobre o trabalho infantil e quer inclusivamente vender votos”.

(...) os temas do André Ventura são: a castração química, a pena de morte, a perseguição de étnicas...”.

André Ventura: “Quais etnias?”.

Francisco dos Santos regasta o lema dito muitas vezes pelo seu adversário “pátria e família” para justificar que mesmo sendo os dois partidos da direita, possuem ideais diferentes. Para justificar a sua posição o candidato usa as seguintes frases, todas com o operador de negação, o CDS é: “direita que não aceita nem segregações étnicas”, “não é racista”, “não aceita penas de morte” e “não é uma Joacine ao contrário como o André Ventura”. Esta última afirmação segue porque para Francisco do Santos, a ex-deputada do Livre, Joacine Katar Moreira é antirracista ao extremo e o André Ventura é racista. Essa ideia é justificada quando o candidato refere Pedro Arroja, que segundo ele “defende coisas misóginas, xenófobas e racistas”, tal como “que os negros não são capazes de construir família porque gostam muito de sexo. O candidato utiliza o operador “inclusive” e o “e” para acrescentar argumentos e dar ênfase aos seus argumentos. Ainda sobre esse ponto, refere que o que o seu adversário faz é

uma “perseguição de etnias”. Todas as declarações foram feitas com um tom de assertividade (ato ilocutório posto) e com a combinação de escolhas de palavras indo de encontro com o tom de assertividade.

As próximas declarações vêm no seguimento do que foi dito a 7 dezembro de 2015, em que André Ventura disse que a Europa não podia fechar as portas aos refugiados.

Francisco dos Santos: “Hoje diz que não, diz que são bandidos, que vêm com telemóvel...”.
“O André Ventura nem sequer se preocupa enquanto católico a seguir a mensagem da própria igreja que se diz fiel. O próprio santo padre diz que devemos abrir as portas para apoiar aqueles que neste momento precisam de um acolhimento dentro da nossa tenda”.

André Ventura: “Metem-os na tua casa todos”.

Francisco dos Santos: “Não é nossa casa. É com critério, com racionalidade, garantir uma vida condigna a quem está a fugir da guerra e à violação dos direitos humanos ter hipótese de ter aqui uma condição também de sucesso no nosso país, claro com regras e respeitando os nossos valores (...)”.

André Ventura: “(...) Se ser fanático é querer acabar com as portagens porque estão a penalizar uma parte importante do país. Se ser fanático é querer ter uma imigração regulada, não querer estar a dar benefícios a todos e mais alguns e estar a desmanchar os impostos de quem trabalha. Se ser fanático é querer um sistema fiscal muito mais eficaz, então estamos de facto muito diferentes”.

Francisco dos Santos: “E sobre corrupção André Ventura, se você ver eu tenho a ficha limpa. Você está a ser investigado no caso Tutti-frutti por causa das torres em Loures, você já foi condenado num crime a propósito da família do Bairro da Jamaica. O André Ventura é arguido por causa da realização de uma festa ilegal...”.

André Ventura: “Por não ter medo de dizer as coisas”.

- “(...) De facto, fui condenado por dizer coisas que se calhar vocês gostariam de dizer, mas vocês têm medo”.

- “O CDS não fez absolutamente nada, nem pelas forças de segurança que abandonou quando foram atacados. Olhe eu lembro-me de uma coisa, quando se saiu à rua por causa de racismo e

nós convocamos o CDS para ir connosco à manifestação a defender os polícias para onde é que foi o CDS?...”.

Francisco dos Santos: “Racismo você? O catedrático. Racismo”.

André Ventura: “... Escondidinha atrás do sofá como a direita mariquinhas que são”.

Francisco dos Santos, volta a confortar André Ventura com umas das suas intervenções. Desta vez sobre os imigrantes, afirmando que segundo o candidato adversário, eles não passam de “bandidos”. Aproveita também para falar sobre a condenação de André Ventura, no caso conhecido como o Bairro da Jamaica. O representante do Chega foi condenado por atos de racismo a uma família do Bairro da Jamaica. Porém, André Ventura ao se justificar não menciona que é mentira, mas refere que foi “condenado por dizer coisas que se calhar vocês gostariam de dizer, mas vocês têm medo” e “... Escondidinha atrás do sofá como a direita mariquinhas que são”. Recorre aos operadores de negação para contradizer o que o seu adversário mencionou. Durante o discurso dos dois candidatos, o operador “se” foi utilizado várias vezes para apresentar uma condicionalidade. Sem esquecer do uso recorrente do “e”, como forma de apresentar vários argumentos para defender os seus pontos de vista.

4.3.6. Debate 6: PS/IL

A 14 de janeiro de 2022 debateram em direto António Costa, representante do OS, e João Cotrim de Figueiredo, pelo IL. Os temas em discussão foram os impostos, o crescimento do país com a governação de António Costa, salários e questões laborais várias.

Nas tabelas seguintes, a Tabela 2, Tabela 3 e a Tabela 4, vamos mostrar como o tema de investigação esteve presente ou omissos nos discursos dos representantes partidários com assento na Assembleia da República portuguesa.

Canais	Debates	Candidatos	Geral	Tema em estudo
	PS/Livre	António Costa e Rui Tavares	Os temas focados neste debate foram a possível coligação entre os partidos, questões salariais, IRS jovem, a governabilidade do PS, entre outros.	Presente. Logo no início no debate o tema em estudo é abordado, em relação às causas

RTP 1				que ambos os partidos defendem.
	CDS/PAN	Francisco dos Santos e Inês de Sousa Real	O debate foi focado no programa eleitoral do PAN e as convicções, sobretudo no que diz respeito à sua defesa pelos animais, a luta contra as touradas e o foco na agricultura.	Omissão.
	CDS/IL	Francisco dos Santos e João Cotrim de Figueiredo	O debate entre estes dois representantes foi centrado na nacionalização/privatização das empresas, a igualdade social e apoio aos mais desfavorecidos.	Omissão.
	PS/Chega	António Costa e André Ventura	O debate foi centrado na forma como o Governo lidou com a pandemia da Covid-19, a gestão da questão da vacinação contra o vírus, na proposta da taxa de IRS única feita pelo Chega e a corrupção.	Omissão
	PSD/Livre	Rui Rio e Rui Tavares	Debate foi centrado no corte dos impostos, na questão salarial (aumento do salário mínimo) e no apoio que é dado no fundo de desemprego (caminhar para um estado social mais flexível).	Omissão.
	Chega/IL	André Ventura e João Cotrim de Figueiredo	Debate sobre a possibilidade de existir uma coligação entre os dois partidos, a liberalização das drogas, o ensino superior, corrupção, pensões e subsídios.	Presente. O tema em estudo surgiu em relação ao tema segurança social, pensões e subsídios.

BE/PAN	Catarina Martins e Inês de Sousa Real	O debate foi focado em questões relacionadas com o Sistema Nacional de Saúde (SNS), problemas ambientais, impostos (IRS e IRC) e o ordenamento do território.	Omissão.
PS/BE	António Costa e Catarina Martins	O início do debate teve com foco, na altura, atual governação de António Costa, a forma como Governo lidou com a pandemia da Covid-19, a forma como o SNS lidou com a pandemia mundial da Covid-19 e a sustentabilidade das pensões.	Omissão.
BE/CDS	Catarina Martins e Francisco dos Santos	O debate foi focado na privatização das empresas de energia, desprivatização, corrupção, a questão dos vistos Gold e a da atribuição da nacionalidade portuguesa. Os candidatos estavam a falar da questão sobre os vistos Gold, também conhecido por Autorização de Residência para Atividade de Investimento. Ou seja, são vistos dados a indivíduos que não pertencem à União Europeia e nem ao Espaço Schengen.	Presente. As declarações surgiram em que envolve alguma minoria étnica surgiu em detrimento do problema dos vistos Gold.
PSD/PAN	Rui Rio e Inês Sousa Real	Debate centrado na possibilidade de coligação entre os dois partidos, diferenças e semelhanças entre as propostas de cada partido, problemas florestais e impostos.	Omissão.

Todos os partidos	Todos os representantes	Os temas abordados foram a governabilidade, apoios sociais, políticas sociais, segurança, justiça, saúde (SNS), educação, corrupção, questões salariais e trabalhistas.	Omissão.
-------------------	-------------------------	---	----------

Tabela 2 - Presença ou omissão do tema desta investigação nos vários debates da RTP 1

Canais	Debates	Candidatos	Geral	Tema em estudo
SIC / SIC Notícias	BE/Chega	Catarina Martins e André Ventura	Os principais temas do debate foram a corrupção e os vistos Gold.	Presente. O tema em estudo surgiu no seguimento do tema vistos Gold e sobre o RSI.
	PSD/Chega	Rui Rio e André Ventura	Os temas do debate foram os subsídios e sobre as ideologias do Chega.	Presente. O tema em estudo foi enunciado pelo representante do Chega, em relação às ideologias do seu partido.
	BE/Livre	Catarina Martins e Rui Tavares	Debate centrado no Serviço Nacional de Saúde (SNS), a visão europeísta de cada um dos partidos, direitos dos trabalhadores e acordos de governação.	Presente. Tema em estudo abordado quando se debateu sobre a ambivalente e ambígua da UE.
	BE/PSD	Catarina Martins e Rui Rio	Os temas principais foram a prisão perpétua, impostos, salários, direitos dos trabalhadores, SNS e sustentabilidade da Segurança Social.	Omissão.

BE/IL	Catarina Martins e João Cotrim de Figueiredo	Os temas debatidos foram os impostos, legislação laboral, saúde e educação.	Omissão.
PAN/IL	Inês de Sousa Real e João Cotrim de Figueiredo	Debateram diferenças nas respetivas propostas dos seus partidos, a iniciativa privada e o SNS.	Omissão.
PS/PAN	António Costa e Inês de Sousa Real	Os temas debatidos foram uma hipotética formação de governo com estes dois partidos, justiça, recursos ambientais e questões sobre o novo aeroporto.	Omissão.
Livre/PAN	Rui Tavares e Inês de Sousa Real	Os temas debatidos foram questões ambientais e ordenamento do território, agricultura, pecuária, apoios, salários e precariedade laboral.	Omissão.
PS/CDS	António Costa e Francisco dos Santos	O grande foco do debate foi o SNS, educação, questão de género e carga fiscal foram outros temas abordados.	Omissão.
PSD/IL	Rui Rio e João Cotrim de Figueiredo	Os temas abordados foram as propostas dos dois partidos, salários, impostos, privatizações e educação.	Omissão.
CDU/PSD	João Oliveira Rui Rio	Os temas debatidos foram salários, condições dos trabalhadores, apoio às empresas e questões económicas.	Omissão.
PSD/IL	Rui Rio e João Cotrim de Figueiredo	Os temas tratados foram o crescimento económico, a emergência climática, questões salariais, condições dos serviços públicos, educação ao nível do	Omissão.

			ensino superior e crédito à habitação.	
	PAN/Chega	Inês de Sousa Real e André Ventura	Os temas abordados foram uma hipotética coligação entre partidos, questões energéticas, alterações climáticas, o mundo rural com caça e pesca desportiva como temas principais desse ponto de discussão.	Presente. O tema em estudo foi abordado no seguimento de declarações sobre os ideais do PAN.

Tabela 3 - Presença ou omissão do tema desta investigação nos vários debates da SIC/ SIC Notícias

Canais	Debates	Candidatos	Geral	Tema em estudo
TVI/CNN	CDU/PS	Jerónimo de Sousa e António Costa	Os principais temas abordados foram o chumbo do Orçamento de Estado para 2022, a crise sanitária, salários, saúde, educação e pandemia COVID-19	Omissão.
	Livre/Chega	Rui Tavares e André Ventura	Os temas debatidos foram: educação, apoios (subsídios), entre outros.	Presente. O tema em estudo foi abordado no seguimento de declarações sobre os ideais do Chega e as propostas do Livre.
	PSD/CDS	Rui Rio e Francisco dos Santos	Debateram as diferenças entre os dois partidos, questões fiscais, a eutanásia e a educação.	Omissão.
	Livre/CDS	Rui Tavares e Francisco dos Santos	Debateram temas como a educação, questões salariais, inflação, apoios (subsídios) e habitação.	Presente. O tema em estudo foi abordado no seguimento de declarações sobre

			as propostas do Livre.
CDS/Chega	Francisco dos Santos e André Ventura	Abordaram temas como a educação, os refugiados, subsídios e corrupção.	Presente. Mencionaram as minorias étnicas quando abordaram o tema dos subsídios e apoios.
PS/IL	António Costa e João Cotrim de Figueiredo	Os temas em discussão foram os impostos, o crescimento do país com a governação de António Costa, salários e questões laborais várias.	Omissão.

Tabela 4 - Presença ou omissão do tema desta investigação nos vários debates na TVI/ CNN

4.4) Discussão de resultados

Os debates televisivos ocorreram entre 2 e 17 de janeiro nos canais generalistas (RTP1, SIC e TVI) e nos três canais a cabo (RTP3, SIC Notícias e CNN Portugal). Dos 34 debates que foram anunciados inicialmente, apenas ocorreram 30, uma vez que Jerónimo de Sousa, secretário-geral do PCP, não aceitou debater nos canais de informação a cabo.

Dos 30 debates que tiveram lugar, apenas se abordou os temas das minorias étnicas de forma direta ou indireta em 10 desses debates. A SIC/SIC Notícias, talvez porque difundiu um maior número de debates, apresentou 4 debates com este tema. Foi nesse canal televisivo onde ocorreram mais debates, 13 no total. Num nível abaixo, a RTP1 apresentou um total de 11 debates dos quais 3 deles mencionaram o tema em estudo. E, por último, a TVI/CNN com 6 debates, em que 3 deles fazem menção às minorias étnicas. Dessa forma, conseguimos concluir que foi na TVI/CNN onde houve um maior equilíbrio, um dos motivos deve-se ao papel do moderador, pelo que é nesse canal que notamos um maior destaque da figura do moderador, João Póvoa Marinheiro, através da forma como conduziu o debate, colocou questões como: “Quem é que entra na sua definição de parasitismo social?”, que levaram os candidatos a abordarem a questão das minorias étnicas.

Desses 10 debates, em 6 deles estava presente André Ventura, representante do Chega. De acordo com as suas declarações anteriores, o seu programa eleitoral previa tais resultados. Um partido que resgata o lema da altura do Estado Novo (1933-1974), conduzido por António de Oliveira Salazar, “Deus, Pátria, Família e Trabalho”. Um partido que menciona no seu programa eleitoral que as minorias étnicas fazem uso da “instrumentalização da vitimização” e que se justifica ao usar o argumento do direito à liberdade de expressão. Um partido que organiza uma manifestação para dizer que “Portugal não é racista”, mas faz um programa eleitoral e todo um discurso à volta das minorias e de como são “parasitas sociais”, apoia indivíduos que apresentam posições racistas, discriminatórias, xenófobas, como é o caso de Pedro Arroja. Desta forma, podemos resgatar a tese de doutoramento de João Filipe Marques (2004), intitulada de “Je suis pas raciste, mais...: Du “non-racisme” portugais aux deux racismes des Portugais”. A tese explana a forma como o racismo é vivida na sociedade portuguesa por duas minorias étnicas, os imigrantes de origem africana e os ciganos. Concluindo que estas duas minorias vivenciavam o racismo de forma diferente. Marques, em 2004, mencionou que há como que uma recusa e afastamento destas minorias à cultura dominante.

O André Ventura, representante do Chega, abanhou o status quo e provocou mudança no ambiente político. Não gerou mudanças sociais, mas gerou discursos e movimentos de censura.

Nos debates analisados, o representante do Chega, André Ventura, mencionou inúmeras vezes os ciganos para falar das minorias que recebem subsídios de forma indevida. Nos vários debates analisados André Ventura não mencionou nenhuma outra minoria étnica. Porque será? Na tese de doutoramento mencionada anteriormente, o autor refere que os ciganos são vistos como não sendo parte integrante da sociedade.

Por outro lado, temos o CDU que foi o único partido que não mencionou o tema em estudo em nenhum dos seus debates. Já o seu programa eleitoral não continha nenhum ponto em que as minorias étnicas eram mencionadas, o que demonstra falta de interesse e preocupação. O programa eleitoral do CDS também não fazia menção às minorias étnicas, porém o partido fez menção em 2 debates.

Os programas eleitorais que mais se debruçaram sobre as minorias étnicas e os demais problemas que estas sofrem são o PS e o BE, dando destaque a este último partido que teve a preocupação de apresentar exemplos reais e dados estatísticos. É notório a preocupação do BE com esta minoria étnica nos debates analisados, uma vez que a posição que adotaram é de defesa. Outro partido que adotou uma posição de defesa é o PAN. Podemos justificar tal posição devido à sua defesa aos Direitos Humanos. Dedicaram grande parte do programa eleitoral aos Direitos Humanos e à defesa de que todos deviam ter os mesmos direitos.

Os candidatos às eleições legislativas de 2022 mencionam as minorias étnicas quando abordam o tema subsídios e apoios relacionado com a segurança social, atribuição da nacionalidade e educação. Tendo em conta que este último apareceu pontualmente e foi quando abordavam o tema dos subsídios que o assunto das minorias étnicas surgia, associado a um problema.

Passando para as categorias de análise: os operadores argumentativos, o posto e o pressuposto, e as escolhas lexicais. Os operadores argumentativos mais utilizados foram os operadores que apontam para a negação, muitas vezes utilizado pelo André Ventura, para negar as declarações sobre a sua postura discriminatória em relação às minorias étnicas.

Na categoria de análise, posto e pressuposto, de forma geral, foi mais utilizado o posto. Que se caracteriza pela assertividade, não deixando espaço para interpretações. As escolhas lexicais, a última categoria de análise, permitiu identificar a posição dos candidatos em relação ao tema em estudo. Desde o uso de termos “parasitas sociais”, a nomes como Joacine Katar Moreira, Pedro Arroja, Calouste Gulbenkian, que foram empregues com um fim.

Para além de identificar e analisar a presença das minorias étnicas nos discursos dos deputados candidatos às eleições legislativas de 2022, é também importante identificar os casos de omissão. Foram 20 os debates onde identificamos a omissão do tema em estudo, seja pelo facto dos moderadores não terem feito questões que levassem a que os candidatos fizessem menções sobre as minorias étnicas. Ou porque, de alguma forma, o debate fluiu para outros temas. O que denota a pouca importância dada às minorias étnicas. Minorias essas que têm vindo a ganhar grande expressão na sociedade portuguesa.

5. CONCLUSÕES FINAIS

A presente investigação designada de *A presença das minorias étnicas no discurso dos candidatos às eleições legislativas de 2022* agrega duas ordens de questões, próximas, “a caracterização encontrada nos debates das legislativas sobre as migrações e os migrantes” e os “discursos, nos mesmos debates, produzidos sobre as minorias étnicas”. Operacionalizando-se nas seguintes questões: “Como podemos caracterizar a migração e o migrante?”, “De que forma o migrante é percebido na televisão em Portugal?” e “Quando (em que contexto) é que as minorias étnicas aparecem no discurso dos candidatos às eleições legislativas de 2022?”.

Os objetivos delineados são: analisar a importância das migrações na sociedade portuguesa; perceber como o migrante é percebido na televisão em Portugal; analisar a representatividade que as minorias étnicas têm no discurso dos candidatos às eleições legislativas de 2022; perceber quais são os temas e contextos sobre as minorias étnicas que predominam nestes debates políticos; e identificar os casos onde há omissão do tema em estudo.

Foram também analisadas várias obras para estabelecer um estado da questão e foi realizada uma análise crítica do discurso a 30 debates televisivos.

Esta investigação é pertinente e contribui para o mundo académico, uma vez que tem como objetivo analisar as minorias étnicas, minorias essas que têm ganho grande expressão na sociedade portuguesa. Propôs-se analisar o discurso dos candidatos às eleições legislativas de 2022, candidatos esses que adquirem um papel fundamental na gestão do nosso país. Tal investigação ainda não tinha sido realizada no país.

Os 30 debates televisivos dos candidatos às eleições legislativas de 2022 constituem o nosso corpus. Foram identificados apenas 10 debates em que houve menção ao tema em estudo e os restantes 20 debates foram omissos.

Os primeiros objetivos, analisar a importância das migrações na sociedade portuguesa e perceber como o migrante é percebido na televisão em Portugal, os processos migratórios já ocorrem há alguns séculos e intensificou-se com a globalização (Abdo et al, 2019). A imigração torna-se importante para um continente, Europa, e país, Portugal, envelhecido. Os dados apresentados pelo Relatório Estatístico Anual de 2021, promovido pelo Observatório das Migrações, referiu que em 2021 havia cerca de 662 mil pessoas oriundas de outras nacionalidades nas escolas públicas portuguesas (Oliveira, 2021, p.10). A operacionalização dos conceitos desenvolvido na primeira parte do trabalho, o estado na arte, com a discriminação, o racismo e a xenofobia como alguns dos conceitos com conotação negativa que estão associados às minorias étnicas e aos imigrantes. Sendo que um migrante é um indivíduo que decide deslocar-se para outro sítio à procura de melhores condições (Edwards, 2022). Neste

trabalho, referimo-nos ao migrante pessoas oriundas de África, América do Sul, provenientes dos países de leste, entre outros. As minorias étnicas são o tema em estudo deste trabalho, caracterizamos como minoria um grupo que em termos numéricos é inferior à maioria da população de uma sociedade. Estando eles em desvantagem numérica, muitas vezes, são tratados de forma inferior sofrendo de discriminação, xenofobia e racismo. Falamos de discriminação quando um indivíduo é proibido e está limitado a serviços, ao acesso a determinados locais públicos, à educação, entre outros. Enquanto o racismo é a ideia de que um determinado um grupo étnico domina sobre outros grupos étnicos devido a características físicas, culturais ou económicas. Já a xenofobia, caracteriza-se por uma atitude ou preconceito por qualquer pessoa estrangeira.

Cunha e Santos (2006), referem que o crime é a temática mais tratada na discussão de minorias étnicas e imigração. Nos debates analisados, o partido Chega usa expressões negativas para se referir às minorias étnicas, enquanto os restantes partidos quando se referiam ao tema em estudo era muita ótica inclusiva e, de que, os Direitos Humanos devem ser o direito de todos os indivíduos.

Através da análise crítica do discurso, identificámos as categorias de análise dos discursos proferidos pelos cabeça de cartaz dos partidos políticos em eleições para a Assembleia da República Portuguesa. As escolhas de operadores argumentativos, o posto e o pressuposto, e as escolhas lexicais tornaram possível afirmar que há mais casos de omissão (20 casos) do que presença do assunto das minorias étnicas nos debates televisivos. Dessa forma, respondemos ao terceiro objetivo, analisar a representatividade que as minorias étnicas têm no discurso dos candidatos às eleições legislativas de 2022 e ao quinto objetivo, identificar os casos onde há omissão do tema em estudo.

No quarto objetivo, perceber quais são os temas e contextos sobre as minorias étnicas que predominam nestes debates políticos, concluímos que os assuntos abordados e mais relacionados com as minorias étnicas são os subsídios e apoios da segurança social, a atribuição da nacionalidade a estrangeiros e a educação. Sendo que quando estes temas eram mencionados, era com uma conotação negativa.

No decorrer da investigação, encontramos uma grande limitação. Os debates televisivos em que houve menção do tema em estudo foram apenas 10, o que demonstra pouco interesse, de forma geral, às questões relacionadas diretamente com as minorias étnicas. Se houvesse uma maior presença das minorias étnicas nos discursos haveria mais elementos para análise e os resultados podiam ser diferentes.

De forma a aproveitar o tópico anterior, avançamos com algumas das pistas para futuros trabalhos de investigação. A presente investigação propôs-se analisar um momento específico,

as eleições legislativas de 2022 em Portugal. Seria de interesse a realização de um estudo a nível transversal, em que fosse analisado não só as eleições legislativas, mas presidenciais, europeias, legislativas regionais e autárquicas durante vários anos. Outra investigação interessante é a análise à minoria étnica cigana e analisar o porquê de ser a única minoria étnica mencionada pelo representante do Chega para justificar os males da sociedade portuguesa.

De forma a concluir este projeto de investigação, seguem-se alguns excertos marcantes dos debates que foram analisados. Os dois primeiros referem-se às minorias étnicas de forma positiva e as duas últimas de forma negativa:

“(…) respeitamos de forma inclusiva todas as comunidades e multiculturalidade com respeito pelos vários valores. Repudiamos profundamente os maus-tratos a animais seja de que comunidade for incluindo e aquilo que não diz, do homem branco que vai para a praça de touros torturar um animal e ainda quer elevar isso a cultura” - Inês de Sousa Real, debate PAN/Chega, na SIC/SIC Notícias.

“Qual é que é a ideia da direita de André Ventura? É a ideia de mandatário nacional que convidou para gizar também o seu programa, Pedro Arroja. Pedro Arroja defende coisas misóginas, xenófobas e racistas. Como por exemplo, dizer que uma mulher não é capaz de gerir a sua vida, que precisa de um homem. Que os negros não são capazes de construir família porque gostam muito de sexo. É alguém que quis abolir a censura sobre o trabalho infantil e quer inclusivamente vender votos” - Francisco dos Santos, debate CDS/Chega, na TVI/CNN.

“(…) mesmo no tópico dos animais, Inês, eu fiquei muito muito desiludido com o PAN quando afastaram até uma deputada vossa por dizer a verdade. A Inês sabe muito bem o quê que acontece com os cavalos no Alentejo e Ribatejo. O tratamento desumano a que são votados, a forma como ficam e por uma deputada do PAN se ter referido à etnia cigana que trata mal os cavalos foi afastada pelo PAN” – André Ventura, debate PAN/Chega, na SIC/SIC Notícias.

“E a deputada que eleger, que depois afastaram por razões... e que foi usada verdadeiramente para eleger uma deputada que o Rui nunca conseguiu ser eleito, foi só com a Joacine que finalmente foram eleitos, afastaram-na e para o Parlamento foi o que foi. Foi racismo, racismo, racismo e ataque às forças policiais”. André Ventura, debate Livre/Chega, na TVI/CNN.

BIBLIOGRAFIA

- Abdo, C., Cabecinhas, R., & Brites, M. J. (2019). Crise migratória na Europa: os media e a construção da imagem dos refugiados. *Comunidades, Participação e Regulação. VI Jornadas Doutorais, Comunicação & Estudos Culturais, 2018*, 71–83.
- Alto Comissariado para as Migrações ACM Portugal. (n.d.). *O que é discriminação racial?* <https://www.acm.gov.pt/pt/-/o-que-e-discriminacao-racial->
- Araújo, M., & Maeso, S. (2019). O poder do racismo na academia: produção de conhecimento e disputas políticas. In *O pluriverso dos Direitos Humanos: a diversidade das lutas pela dignidade* (pp. 457–481). Edições 70.
- Baganha, M. I., Ferrão, J., & Malheiros, J. M. (1999). Os imigrantes e o mercado de trabalho: o caso português. *Análise Social*, 34(150), 147–173.
<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218798808U7wGZ1ko2Iq72GN3.pdf>
- Baganha, M. I., Góis, P., & Marques, J. C. L. (2006). *Bibliografia sobre a imigração em Portugal*.
https://www.ces.uc.pt/nucleos/migracoes/pdfs/bibliografia_imigracao_em_portugal.pdf
- Bastos, J. G., & Bastos, S. P. (1999). *Portugal multicultural. Situação e estratégias identitárias das minorias étnicas*. Fim de Século.
- Belim, C. (2020). Refugiados e migrantes em campanhas públicas: dar voz a quem não tem voz. *Comunicacao e Sociedade*, 38, 79–105. <https://doi.org/0.17231/comsoc.38>
- Bloco de Esquerda. (2022). *Programa eleitoral 2022-2026 Razões fortes, compromissos claros*. Bloco de Esquerda. <https://programa2022.bloco.org/wp-content/uploads/2022/01/Programa-a-cores-com-página-dupla.pdf>
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico* (F. Tomaz (trans.)). Difel Edições.
- Carneiro, R. (2006). Nota do Coordenador. In *Media, imigração e minorias étnicas II* (pp. 7–9). Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- Carvalho, M. D. (2007). *A construção da imagem dos imigrantes e das minorias étnicas pela imprensa portuguesa. Uma análise comparativa de dois jornais diários* [Masters Thesis, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa]. <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/675>
- CDS - Partido Popular. (2022). *Direita certa Pelas mesmas razões de sempre Compromisso eleitoral*. CDS - Partido Popular. https://b0aeab40-c635-4353-910b-6aa274f66d8c.filesusr.com/ugd/f15fb0_dd02ef173f74460098f34f9d851a5033.pdf
- CHEGA. (2022). *Programa Eleitoral 2022*.
<https://rmultimediafileshare.blob.core.windows.net/rmultimedia/CHEGA - Programa>

- Legislativas (09-12-2021).pdf
- Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial. (n.d.). *O que se entende por discriminação racial?* <https://www.cicdr.pt/discriminacao>
- Cunha, I. F., & Santos, C. A. (2004). Análise da imprensa e da televisão. In *Media, imigração e minorias étnicas* (pp. 19–28). Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- Cunha, I. F., & Santos, C. A. (2006). *Media, imigração e minorias étnicas II*. Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- Danin, M. A., & Machado, L. M. (2021). Conceitos iniciais de racismo discursivo. *Revista Videre, 13*(26), 393–416.
- Dijk, T. (1999). Editorial Discourse and racism. *Discourse & Society, 10*(2), 147–148.
- Dijk, T. (2008). *Discourse and context A sociocognitive approach*. Cambridge University Press.
- Dommelen, A. (2014). *The role of social identity inclusiveness and structure in intergroup relations. Individual and contextual differences in ethnic and religious minority group members* [Doctor of philosophy]. University of Sydney.
- Duarte, F. B. (2004). Preambulo. In *Média, imigração e minorias étnicas* (pp. 11–12). Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- Duarte, I. M. (2020). A crise dos refugiados: sequências narrativas e emoção em crônicas/reportagens ou a narrativa ao serviço da persuasão. *Comunicação e Sociedade, 38*, 107–122. <https://doi.org/0.17231/comsoc.38>
- Edwards, A. (2022). *Refugiado ou migrante? O ACNUR incentiva a usar o termo correto*. ACNUR Agência Da ONU Para Refugiados Brasil. <https://www.acnur.org/portugues/2015/10/01/refugiado-ou-migrante-o-acnur-incentiva-a-usar-o-termo-correto/>
- Elisberto. (n.d.). *Ninguém nasce odiando outra pessoa*. Pensador. <https://www.pensador.com/frase/MzY0Nzkx/>
- European Union. (2021). *Migrant integration statistics 2020 Edition*. <https://doi.org/10.2785/373334>
- Eurostat. (2022). *Asylum and managed migration statistics 2020 Edition*. https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Annual_asylum_statistics
- Fairclough, N. L. (1985). Critical and descriptive goals in discourse analysis. *Journal of Pragmatics, 9*(6), 739–763.
- Frazão, T. C. J. (2007). Análise crítica do discurso jornalístico sobre a implantação do sistema de cotas em Universidade públicas brasileiras. [Tese de mestrado]. Universidade Católica

de Pernambuco.

Foucault, M. (1996). *Ordem do discurso* (L. F. Sampaio (trans.); 3rd ed.). Edições Loyola.

Garza, C. (2011). Xenofobia. In *Laboreal [Online]* (Vol. 7, Issue 2).

<https://doi.org/10.4000/laboreal.7924>

Góis, P., & Marques, J. C. L. (2018). Retrato de um Portugal migrante: a evolução da emigração, da imigração e do seu estudo nos últimos 40 anos. *E-Cadernos CES*, 29(Portugal: um retrato ainda singular? 40 anos volvidos), 125–151.

<https://doi.org/10.4000/eces.3307>

Höijer, B. (2011). Social representations theory A new theory for media research. *Nordicom Review*, 32(2), 3–16. <https://core.ac.uk/download/pdf/43557448.pdf>

Iniciativa Liberal. (2022). *Programa eleitoral Legislativas 2022 Portugal a crescer*.

<https://iniciativoliberal.pt/wp-content/uploads/2022/01/Iniciativa-Liberal-Programa-Eleitoral-2022.pdf>

Khair, T. (2016). *The new xenophobia*. Oxford University Press.

Lages, M. F., Policarpo, V. M., Marques, J. C. L., Matos, P. L., & António, J. H. C. (2006).

Os imigrantes e a população portuguesa: imagens recíprocas (Issue 1). Observatório da Imigração.

http://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/177157/Estudo_OI_21.pdf/4faf3dc9-6531-4849-b1f0-bddb1bfe3566

Lombart, M. (1995). *Discurso, orden social y relaciones de poder: una propuesta y su ejemplificación em el discurso sobre la maternidade*. *Revista de Psicologia Social Aplicada*, 5, 1/2, 165-184.

Marques, J. F. (2004). *Je ne suis pas raciste, mais... Du “non-racisme” portugais aux deux racismes des portugais* [Thèse de doctorat]. École des Hautes Études en Sciences Sociales.

Martins, M. de L., & Marcondes, V. (2020). “Eles”, venezuelanos, e a crise na Venezuela: práticas discursivas na revista *Veja*. *Comunicação e Sociedade*, 38, 59–78.

<https://revistacomsoc.pt/index.php/revistacomsoc/article/view/2593/3057>

Oliveira, C. R. (2021). Indicadores de Integração de Imigrantes: Relatório Estatístico Anual. In *Obervatório das Migrações* (p. 386).

Organização das Nações Unidas. (, September). *Arvore Programa de apoio ao retorno voluntário e à reintegração*. ONU Migração. <https://www.retornovoluntario.pt/sobre.php>

Parker, I. (1992). *Discourse dynamics: Critical analysis for social and individual psychology*. Taylor & Frances/Routledge.

Partido Comunista Português. (2022). *Compromisso eleitoral Com o PCP soluções para*

- Portugal. Partido Comunista Português.
https://www.cdu.pt/2022/documentos/compromisso_eleitoral_pcp.pdf
- Partido Livre. (2022). *Programa eleitoral Legislativas 2022*. https://partidolivre.pt/wp-content/uploads/2021/12/Programa_Eleitoral_2022.pdf
- Partido Social Democrata. (2022). *Programa eleitoral PSD Legislativas 2022*. Partido Social Democrata. <https://www.psd.pt/sites/default/files/2022-01/PSD Programa Eleitoral 2022 v4.pdf>
- Partido Socialista. (2022). *Juntos seguimos e conseguimos*. Partido Socialista.
<https://programa.antoniocosta2022.pt/programa/Programa-Eleitoral-PS2022.pdf>
- Pessoas-Animais-Natureza. (2022). *Agir já Programa eleitoral Legislativas 2022*. Pessoas-Animais-Natureza. <https://www.pan.com.pt/eleicoes/eleicoes-legislativas-2022/programa-eleitoral-legislativas-2022/programa-eleitoral-pan/programa-eleitoral-do-pan-pdf/>
- Pires, R. P. (2002). Mudanças na imigração. Uma análise das estatísticas sobre a população estrangeira em Portugal, 1998-2001. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 39, 151–166.
<https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/329/1/n39a07.pdf>
- Pires, R. P., & Pereira, C. (2018). Migrações, qualificações e desigualdade social. In *Desigualdades sociais, Portugal e a Europa* (pp. 335–352).
- Pires, R. P., Pereira, C., Azevedo, J., Vidigal, I., & Veiga, C. M. (2020). A emigração portuguesa no século XXI. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 94, 9–38.
<https://doi.org/10.7458/SPP20209419573>
- Resende, V. M. R., & Ramalho, V. (2006). Análise do Discurso Crítica.
- Santos-Silva, D., & Guerreiro, D. (2020). Média e migrações forçadas: representações sociais dos refugiados nos média portugueses em dois momentos mediáticos (2015 e 2019). *Comunicação e Sociedade*, 38, 123–137. <https://doi.org/10.17231/comsoc.38>
- Taylor, S. (2001). Evaluating and applying discourse analytic research. In *Discourse as data: A guide for analysis* (pp. 311–330). Sage Publications.
- United Nations. (n.d.). *United Nations Global Issues Migration*.
<https://www.un.org/en/global-issues/migration>
- Vermeulen, H. (2001). *Imigração, integração e a dimensão política da cultura*. Colibri.
- Wetherel, M., Yates, J. S., & Taylor, S. (2001). *Discourse as data: A guide for analysis*. Sage Publications.
- Wood, L. A., & Kroger, R. O. (2000). *Doing discourse analysis: Methods for studying action in talk and text*. Sage Publications.